



# Governo do Estado de São Paulo

## Secretaria de Estado da Educação

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

### Prova A – Diretor de Escola

Nome do(a) Candidato(a)

Número de Inscrição

#### INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
  - Um caderno de questões contendo as questões objetivas de múltipla escolha.
  - Uma folha de respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- Ao ser autorizado o início da prova, verifique, no caderno de questões, se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Caso contrário, solicite ao fiscal um outro caderno completo. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- O tempo de realização da prova, o tempo mínimo de permanência em sala, assim como o tempo mínimo necessário requerido para o candidato levar o caderno de questões, **caso seja permitido**, estão previstos no Edital de Abertura do certame.

#### ATENÇÃO

- Verifique se seus dados estão corretos na folha de respostas; caso não estejam, informe ao fiscal imediatamente.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na folha de respostas, usando caneta esferográfica de tinta preta ou azul. Para cada questão, existe apenas **1 (uma) resposta certa** – mais de uma letra assinalada implicará a anulação da questão.
- Qualquer rasura no preenchimento anulará a questão. Portanto, a folha de respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, fortemente, o espaço a ela correspondente, conforme modelo abaixo:



Frase: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”.

#### GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70										

Governo do Estado de São Paulo  
Secretaria de Estado da Educação  
Edital SE nº 01/2017  
Diretor de Escola  
PROVA A

 **NOSSO RUMO**  
Instituto de Educação  
& Desenvolvimento Social



## CONHECIMENTOS GERAIS

### 1. Analise os fragmentos abaixo.

*Pela descentralização e autonomia, daríamos meios eficazes para a administração mais eficiente das escolas e responsabilidade dignificante a diretores e professores, que não estariam trabalhando em obediência a ordens distantes, mas sob a inspiração dos seus próprios estudos e competência profissional.*

*(...) Daí defender eu a administração autônoma das escolas de nível médio e superior e a administração central das escolas de nível elementar (...).*

TEIXEIRA, Anísio, 1956.

Essa reflexão de Anísio Teixeira nos remete à questão da autonomia da escola pública. A autonomia da escola é uma construção permanente, um exercício de poder compartilhado e exige uma atuação ativa dos sujeitos. Para Anísio Teixeira, a autonomia é uma exigência

- (A) da escola para todos e todas, da qual os educadores não apenas participam de um poder local, mas têm o poder. Constitui um processo a partir do qual a coletividade se autoadministra e é soberana.
- (B) de autogestão, de liberdade, de autogoverno, de autoformação, visando garantir a educação libertária e a possibilidade de ensinar a criança a ser autônoma. Compete à instituição escolar definir as finalidades e os objetivos da educação que pretende desenvolver.
- (C) da natureza intrínseca do processo educacional. A educação para todos e todas com qualidade social exige uma escola com a faculdade de se governar por si mesma, centralizada no aluno e na aluna e capaz de promover a relação entre a diversidade cultural e a escola única.
- (D) de ruptura com os postulados fundamentais da sociedade, que é heterônoma e heterodeterminada, e da escola única e desigual, que não promove a equidade e a justiça social. Expressa a busca da não diretividade pedagógica e uma transgressão de normas e programas advindos do centro do sistema.
- (E) da descentralização e da desconcentração dos procedimentos administrativos e burocráticos dos sistemas de ensino, para além da liberdade de ensinar.

### 2. Leia o fragmento abaixo.

*A avaliação precisa ser espelho e lâmpada, não apenas espelho. Precisa não apenas refletir a realidade, mas iluminá-la criando enfoques, perspectivas, mostrando relações, atribuindo significados.*

M. H. Abrams, in Dilvo Ristoff, 1995.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas abaixo, escolhendo as palavras-chave para montar um resumo coerente sobre avaliação institucional.

A autoavaliação institucional, fundada nos princípios democráticos e de participação, tem o propósito de \_\_\_\_\_ (1). A avaliação institucional é um processo integrado de autoavaliação e de avaliação externa. Há dois tipos de sujeitos envolvidos: internos e externos, que são, respectivamente:

\_\_\_\_\_ (2).

- (A) 1. criar condições efetivas para a democratização da escola; sua "metodologia foi concebida para que a comunidade reunida possa avaliar sua realidade, identificar prioridades, estabelecer e implementar planos de ação e monitorar seus resultados"/ 2. alunos, gestores, professores e outros profissionais executores de atividades educacionais; mães/pais, entidades sociais e outros sujeitos diretamente envolvidos com a atividade da escola
- (B) 1. elaborar um diagnóstico técnico de base científica; dar visibilidade aos aspectos identificados como insatisfatórios; apresentar rumos para a superação das deficiências pela ação controladora da comunidade/ 2. gestores, professores e outros profissionais executores de atividades educacionais; e outros profissionais diretamente envolvidos com a atividade da escola
- (C) 1. promover o diálogo entre educadores e familiares das crianças e adolescentes atendidos na unidade; buscar aperfeiçoamento do projeto político pedagógico da unidade incorporando e dando primazia aos saberes do território; buscar informações sobre a satisfação dos clientes das unidades/ 2. comunidade escolar e educativa
- (D) 1. controlar o desempenho dos gestores escolares; divulgar experiências exitosas; comparar desempenhos escolares distintos e com diferentes tipos de desafios para subsidiar políticas públicas/ 2. professores, funcionários, servidores sob a coordenação dos supervisores escolares
- (E) 1. criar um espaço de formação para os familiares participantes coordenado pelos profissionais da escola; subsidiar a tomada de decisões pelos órgãos regionais do sistema educacional do estado/ 2. comunidade educativa e supervisores de ensino

3. Leia o trecho abaixo.

*Art. 3º A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no Ideb, calculado e divulgado periodicamente pelo Inep, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil).*

Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)

O Ideb não mede o desempenho de alunos e professores individualmente. Ele aponta a situação da escola e é um indicador que deve ser interpretado dentro do contexto em que aquela escola existe. De posse de seus resultados, compete ao coletivo da escola, sob a coordenação da gestão, refletir, compreender e agir, enfim, como intervir para modificar e/ou consolidar e/ou ampliar uma situação diagnosticada. O Ideb está baseado no resultado

- (A) das avaliações externas de aprendizagem e visa avaliar o desempenho do processo de ensino de cada escola individualmente. É um índice que busca qualificar ou desqualificar profissionais e/ou escolas e/ou redes de ensino e não contribui para repensar o currículo e o planejamento da escola.
- (B) da avaliação externa em conversa com as avaliações internas. O Ideb pode não ser considerado um bom termômetro, pois mistura duas medidas: a nota dos alunos em testes nacionais cruzados com índice de reprovação e resultados das avaliações internas.
- (C) de testes aplicados aos alunos e às alunas e no fluxo escolar. Foi criado para que a gestão e a comunidade escolar tenham um parâmetro para avaliar a situação da unidade e seu percurso e para que possam definir metas a serem atingidas e estratégias a serem adotadas. A análise do resultado da escola traz subsídios importantes que podem ser utilizados na reformulação do Projeto Político-Pedagógico.
- (D) de uma avaliação externa e corresponde à nota da escola. Para alcançar a meta do Ideb, compete aos professores da escola desenvolver um treinamento junto aos alunos de como responder aos itens de um exame como a Prova Brasil, além de fazer uma revisão, com ênfase nos conteúdos mais relevantes do currículo que são avaliados na Prova.
- (E) das avaliações internas elaboradas e aplicadas pelos professores de forma coletiva. Foi criado com a finalidade de combater a reprovação e a evasão escolar dentro da concepção da universalização da educação básica. Um sistema que garanta o direito constitucional à educação não pode reprovar sistematicamente seus alunos, fazendo muitos deles abandonarem os estudos antes do término da educação obrigatória.

4. Leia o texto abaixo.

*Em 2004, a Ação Educativa, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e do Ministério da Educação, publicou os Indicadores da Qualidade na Educação (Indique), instrumento de autoavaliação de escolas, que visa ao envolvimento de toda a comunidade escolar em processos de melhoria da qualidade da educação. O material consiste em uma proposta metodológica participativa e em um sistema de indicadores, por meio dos quais a comunidade julga a situação de diferentes aspectos de sua realidade, identifica prioridades, estabelece um plano de ação, implementa-o e monitora seus resultados.*

RIBEIRO, Vanda Mendes et GUSMÃO, Joana Buarque de, 2011.

Nesse contexto da avaliação institucional com base nos indicadores de qualidade Indique, as dimensões expressam grandes eixos que, uma vez analisados, podem revelar todas as condições sobre as quais funcionam as escolas. Os indicadores são

- (A) sinais que revelam aspectos de determinada realidade e que podem qualificar algo. Apresentam a qualidade da escola em relação a importantes elementos de sua realidade: as dimensões. É instrumento participativo de avaliação e planejamento e possibilita o desenvolvimento da capacidade de observação e proposição, aliadas à capacidade crítica.
- (B) informações que revelam e evidenciam um determinado fenômeno da vida escolar. São dados, informações, geralmente representados por números e/ou cores, que não trazem outra consequência que não a informação. É um índice de cunho técnico e burocrático, que visa ao controle da instituição.
- (C) índices de mensuração do desenvolvimento de uma instituição escolar. As informações deles advindas subsidiam as intervenções dos órgãos regionais, visando atingir a qualidade esperada.
- (D) índices que pretendem contribuir para um maior conhecimento da realidade escolar com a intenção de subsidiar o Governo no direcionamento de suas políticas. A utilização desse instrumento demonstra que as comunidades escolares têm dificuldade de propor mudanças na sua própria prática, de modo que tais mudanças só ocorrem por intervenções externas.
- (E) desdobramentos das dimensões e dados que expressam aspectos particulares da vida escolar, de acordo com os confeccionados a partir de bases de dados do IBGE. O instrumento é muito longo e complexo, o que dificulta a participação da comunidade, a identificação e classificação dos problemas e a busca de propostas de solução, não tendo um caráter mobilizador.

5. Observe as charges abaixo.



Disponível em: <https://tirasmandinho.tumblr.com/>



Disponível em:

<http://www.tribunaeducacio.cat/category/reflexiones/page/3/>

Educar não é adestrar. A escola democrática prescrita na Constituição Federal é plural, garante a liberdade de ensino e aprendizagem, trabalha com a diversidade, trabalha os temas transversais e busca a equidade e a inclusão. Define metas e tem claro o que se quer alcançar. Usa os dados sobre o aprendizado para embasar ações pedagógicas. Acompanha de perto e continuamente o aprendizado dos alunos. O gestor conhece a realidade de sua unidade e do território onde está inserida. A Escola Democrática é una e diversa, que luta pela superação das desigualdades perante o direito à educação. Não é uniformizadora. A escola, entre outros fatores, para exercer o seu papel democratizador, precisa entender o aluno como

- (A) objeto da educação. Uma vez objeto, espera-se que se comporte como ser passivo reativo. É inerente à ação docente transferir conhecimentos fragmentados, fechados e estáticos. Um professor tem como ponto central de suas proposições a aprendizagem por estímulo e respostas. A figura acerca da educação bancária faz uma crítica a esta concepção educacional.
- (B) receptor reativo. Compete ao professor eficiente desenvolver o currículo prescrito, que ainda permanece linear, sequencial e segmentado, e usar, preferencialmente, recursos de leitura e produção de textos acompanhados de exercícios repetitivos. As tirinhas acima reproduzem esta situação.
- (C) cliente de serviços educacionais. A escola é o centro do saber, com funções bem definidas e normas disciplinares rígidas, cuja função é preparar o indivíduo para a sociedade. O processo educativo não tem compromisso com o cotidiano do aluno nem com as realidades sociais; seu foco é o conhecimento teórico. Como receptor da mensagem, cabe ao aluno a assimilação dos conteúdos transmitidos e, ao professor, autoridade máxima, a responsabilidade de ensinar.
- (D) sujeito, ser proativo e protagonista. Não há educação e nem aprendizagem sem relações interpessoais. A docência é em si uma relação

social, um encontro de sujeitos “aprendentes”. O trabalho do docente parte das necessidades do aluno, de seu contexto, e adota a aprendizagem de saberes abertos e conectados, construídos na interação.

- (E) eixo estruturador do currículo. Os saberes dos alunos, sua cultura, seus conhecimentos prévios e sua identidade estruturam o currículo. Os docentes eficazes adaptam os objetivos e as expectativas de aprendizagem de acordo com o aluno, reduzem as exigências e diversificam as estratégias.

6. Leia o texto abaixo.

*A escola sozinha não poderá compensar a sociedade, contudo, quando atinge a efetividade, pode contribuir, nos limites da sua faixa de atuação, para diminuir as diferenças sociais. Então, que atributos são influentes para se constituir uma escola democrática e de qualidade?*

GOMES, Candido Alberto, 2005.

De acordo com as reflexões de Candido Alberto Gomes, apoiadas em diferentes resultados de pesquisas educacionais, há fortes indícios de que

- (A) a composição do corpo discente interfere na qualidade da escola. Em vez da heterogeneidade, preza-se pela homogeneidade dentro da escola, o que resulta em um efeito positivo, não negligenciável para as aprendizagens. Destaca como boa estratégia o agrupamento de alunos por competência cognitiva, sendo que salas homogêneas possibilitam a não variação da qualidade e a natureza do ensino. No máximo, os docentes adaptam o ritmo nas turmas de alunos mais lentos.
- (B) o protagonismo dos alunos tem crescente importância para os objetivos da escola serem ou não atingidos. Este novo protagonismo discente, exercido por adolescentes e jovens, indica que o grupo de colegas tem influência na aprendizagem e no processo educativo em geral, influência esta que varia conforme as suas origens sociais. Destaca assim a importância das interações, denominada “efeitos dos colegas”.
- (C) o contexto socioeconômico dos estudantes em si é o mais importante aspecto intraescolar para o fracasso, independentemente da proposta organizacional e pedagógica e do clima da escola. É o contexto socioeconômico que gera resultados acadêmicos positivos e/ou negativos. Há uma determinação socioeconômica sobre o *Ethos*.
- (D) o tamanho da escola e da turma assume nas pesquisas a importância que tem no senso comum. Os resultados de uma escola ou turma menor são necessariamente melhores, em função da personalidade do tratamento, da afetividade e da ausência ou de poucos episódios de violências e da governabilidade.
- (E) docentes recompensados em suas carreiras, com base na escolaridade, no tempo de serviço e em graduação crescente fazem a diferença.

Acrescentam à situação da carreira a sindicalização do corpo docente.

7. Observe na figura abaixo o jogo de bonecas russas encaixadas uma dentro da outra. Semelhante ao ambiente ecológico de desenvolvimento humano, uma organização de estruturas concêntricas, cada uma está contida na seguinte.



Disponível em: <http://www.brandpowder.com/void/>

O modelo ecológico, apresentado por Urie Bronfenbrenner, em 1979, em seu livro "A ecologia do desenvolvimento humano", revisado e complementado em 1999, postula que, para compreender o desenvolvimento humano, é preciso incorporar, nas análises, não somente o indivíduo e as suas capacidades perceptuais, motoras ou cognitivas, mas também, as interações e os padrões relacionais que se estabelecem em diferentes contextos, ao longo do tempo.

BRONFENBRENNER, 1979/1996 apud SENNA, Sylvia Regina Carmo Magalhães et DESSEN, Maria Auxiliadora, 2012.

De acordo com a teoria ecológica e sistêmica, para entender o desenvolvimento humano, é necessário analisar

- (A) as influências múltiplas dos diferentes ambientes. Essa teoria possibilita analisar aspectos inter-relacionados da pessoa em desenvolvimento, do contexto em que vive e dos processos interativos, em determinados períodos de tempo.
- (B) a pessoa em desenvolvimento dentro de ambiente restrito e estático e minimizar as influências advindas dos demais contextos que o sujeito vivencia. Essa teoria possibilita entender o inconsciente.
- (C) prioritariamente, os contextos de desenvolvimento, deixando as pessoas em desenvolvimento em um plano secundário, pois são determinadas pelo ambiente. As crianças nascem como tábulas rasas, que vão aprendendo tudo do ambiente por processos de imitação ou reforço.
- (D) o ambiente ecológico de desenvolvimento humano único e imediato, que não deve ser concebido topologicamente como uma organização de estruturas concêntricas, cada uma contida na seguinte.

- (E) com maior ênfase à interação da pessoa em desenvolvimento com outras pessoas e não com objetos e símbolos. Essa teoria possibilita analisar a importância do meio, que envolve cultura, sociedade, práticas e interações, e dos processos de maturação biológicos ou genéticos.

8. Leia o fragmento abaixo.

*A gestão pedagógica é essencial para efetivar uma escola capaz de promover as competências indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo; capaz de promover as aprendizagens. A escola é um espaço de cultura e de articulação de competências e conteúdos disciplinares.*

*Currículo é a expressão de tudo que existe na cultura científica, artística e humanista, transposto para uma situação de aprendizagem e ensino.*

SEE/2012.

A gestão curricular envolve todo o conjunto de processos e procedimentos através dos quais se tomam as decisões necessárias quanto aos modos de implementação, organização, acompanhamento e avaliação

- (A) do currículo do turno e dos projetos do contraturno extracurriculares, que ampliam a permanência do aluno na escola e exigem uma qualificação dos espaços. O gestor escolar não tem funções técnicas e nem pedagógicas em si, sua função é administrativa e de viabilizar e controlar a ação educativa da unidade.
- (B) do currículo expresso pela Base Nacional Comum. O foco principal do gestor escolar é promover as condições e os meios para o trabalho em sala de aula. As atividades educativas diversas, extracurriculares, articuladas tanto no espaço escolar quanto nos demais espaços públicos, caracterizam um turno distinto e autônomo.
- (C) do currículo proposto no projeto pedagógico; da contextualização do currículo escolar com a realidade; da articulação das atividades extraclasse, orientadas por projetos educacionais, visando estabelecer a integração entre a áreas de conhecimento e articular a cultura e o conhecimento.
- (D) das aulas do contraturno escolar, extracurriculares, que trabalham aprendizagens do território, distintas dos saberes historicamente construídos, parte essencial e já estruturada dos currículos escolares vigentes. Compete ao gestor escolar controlar essas atividades, de modo a obter altos índices de eficácia e eficiência, garantindo a sua efetividade.
- (E) do currículo da Base Nacional Comum na forma prescrita pela Secretaria de Estado da Educação (SEE). A regulamentação estatal cria obstáculo à liberdade de condução da ação pedagógica pela instituição escolar e pelo professor. Compete ao gestor escolar garantir o controle da implantação do currículo e dos resultados das aprendizagens discentes.

9. Leia o trecho abaixo.

*É possível encontrar centros educativos que funcionam de uma maneira diferente da tradicional, em torno do que podemos chamar de uma cultura de aprendizagem.*

COLL, Cesar, 2003.

Nas instituições escolares que vivenciam as diversas experiências, denominadas “Comunidades Escolares de Aprendizagem”, ocorre

- (A) a substituição das estruturas hierárquica e burocrática por outra, de trabalho e responsabilidade compartilhada. São escolas que estão abertas à sociedade e à comunidade, nas quais se encontram e utilizam-se de todos os recursos que aparecem na comunidade para a formação dos alunos. Tentam estabelecer corresponsabilidades e compromissos dos agentes sociais nos aspectos de organização curricular e funcionamento da escola.
- (B) a manutenção da estrutura hierárquica e burocrática. São escolas pouco enraizadas nas comunidades e não são abertas aos saberes do território. Não buscam construir um currículo enriquecido culturalmente e novos modos de organizar o trabalho pedagógico. Buscam resultados escolares e bom desempenho dos alunos, particularmente nas avaliações externas.
- (C) o fortalecimento das estruturas hierárquicas. São instituições educacionais que têm como centralidade de suas ações aqueles que estão diretamente envolvidos no âmbito da educação escolar. A articulação com a comunidade educativa, famílias, meios de informação e comunicação, trabalho, esportes, igrejas e outros ocorre de maneira esporádica, particularmente, em eventos comemorativos e/ou festivos.
- (D) a ruptura com a estrutura burocrática e com qualquer forma de poder hierárquico. Sua base está na responsabilidade coletiva sem a presença de uma direção centralizada. As práticas pedagógicas e as orientações didáticas não estão vinculadas a um currículo prescrito, pois entendem que a escola é uma realidade social subjetivamente construída.
- (E) uma articulação orgânica entre a gestão da unidade e os membros docentes da equipe escolar. Sua característica principal é utilizar nas práticas didáticas os recursos advindos das tecnologias modernas, explorando recursos computacionais e ambientes de aprendizagem ubíquos. A interatividade possibilita a construção desse currículo.

10. Leia o fragmento abaixo.

*A gestão de recursos materiais na escola é um conjunto de práticas que situam o espaço escolar e todos os seus recursos materiais a serviço do desenvolvimento de uma proposta pedagógica que garanta formação e ensino de qualidade.*

Progestão, 2009.

A gestão do patrimônio escolar também pode e deve ser exercida no contexto da autonomia prevista em lei, Art. 15 – Lei nº 9.394/96 (LDBEN), visando alcançar os padrões básicos de funcionamento da escola. Compete à equipe gestora liderar e coordenar o monitoramento das condições de funcionamento da escola, considerando a relação indissociável entre proposta pedagógica e espaço físico, recursos materiais, mobiliários e equipamentos. Todos devem estar envolvidos nas atividades de prevenção, manutenção, conservação e segurança do patrimônio escolar. Sendo assim, a elaboração de um plano com medidas preventivas de manutenção, conservação e segurança do patrimônio escolar **NÃO** envolve

- (A) definição de objetivos, justificativa, metas e estratégias de acordo com o Projeto Político-Pedagógico da unidade.
- (B) fazer um levantamento minucioso do patrimônio, listando o que a escola tem em termos de instalações físicas, mobiliário, materiais de laboratório, equipamentos eletrônicos, livros didáticos, medicamentos e artigos diversos. Deve observar: a adequação, o conforto, a segurança, a higiene e a salubridade de obras, instalações elétricas e hidrossanitárias, bem como normas de segurança e qualidade dos materiais e equipamentos utilizados pela escola.
- (C) necessariamente a expedição de laudos e a vistoria técnica dos profissionais qualificados da gerência de manutenção e conservação do sistema estadual e/ou de empresas terceirizadas prestadoras de serviços.
- (D) campanhas de incentivo à preservação e à manutenção dos bens públicos e de respeito aos bens públicos e bens privados. Elaboração de um cronograma de verificações periódicas, por exemplo: Semanalmente -> desobstrução das calhas de telhados e coberturas (em períodos chuvosos); Mensalmente -> manutenção das áreas verdes, pequenos reparos na rede hidráulica e elétrica, manutenção da comunicação visual (Manutenção de áreas externas); Semestralmente -> limpeza da rede de esgoto e caixas d'água, manutenção dos extintores (também deve ser feita caso sejam utilizados), controle de pragas; Anualmente -> revisão da rede hidráulica, sanitária e elétrica, pintura da escola, limpeza de fossas.
- (E) identificação da atividade a ser desenvolvida; recursos materiais financeiros e humanos necessários; período de realização; frequência da ocorrência, providências a serem tomadas.

11. É possível dar vida aos dados educacionais para auxiliar gestores, diretores, professores e todos os interessados a fazerem melhores escolhas na educação. É possível identificar três grandes categorias de usos da Prova Brasil, a saber: uso normativo, uso pedagógico e uso administrativo e gerencial. Sendo assim, o uso administrativo e gerencial envolve
- (A) ter uma indicação clara se o que o aluno aprendeu está adequado ou não. “A maneira de olhar para os dados deve refletir os valores de uma visão democrática do processo de ensino e aprendizagem. Ao observarmos outros sistemas de medida, veremos que é possível se deparar com níveis de aprendizagem como o básico, o adequado – aprendeu o esperado e o avançado, aprendeu além e, no caso brasileiro, ainda é preciso se utilizar do conceito de insuficiente para aqueles que estão abaixo do nível básico, ou seja, que não aprenderam nem o básico”.
  - (B) saber quantos alunos estão em cada nível ainda não é suficiente para transformar a educação. É preciso entender o que os resultados estão falando. A interpretação da avaliação nos ajuda a entender e a poder agir nas dificuldades dos alunos. “Por exemplo, quem está no nível insuficiente precisa de recuperação. Já para os que estão no básico, seria interessante a escola ter uma proposta de reforço, pois os conhecimentos dos estudantes ainda são muito elementares. Para os alunos do adequado, é preciso aprofundar o conteúdo. Já para os que estão no avançado, incentivar a participação em olimpíadas de matemática, português etc.”. É preciso utilizar os resultados para desenvolver projetos de intervenções pedagógicas necessárias para agir onde os alunos têm mais dificuldade.
  - (C) a necessidade de outras considerações além do cognitivo. É preciso evitar a exclusão, dispensando aqueles em via de repetência ou mesmo com dificuldades de aprendizagem no dia da avaliação. As escolas que selecionam seus alunos geralmente têm melhores resultados e o esforço da escola foi mínimo para que ela apresentasse aquele resultado.
  - (D) a visão geral do contexto da escola; identificar o percentual de alunos em cada um dos níveis e a descrição pedagógica dos níveis; comparar os níveis de aprendizagem da escola com os de outras escolas do mesmo território, comparar os resultados da escola com seus próprios objetivos, observando, por exemplo, até que ponto as habilidades que foram planejadas para serem trabalhadas com seus alunos foram alcançadas.
  - (E) analisar a distribuição dos alunos por níveis de proficiência; comparar os resultados da sua escola com os resultados de escolas semelhantes da sua região; contextualizar as condições em que o processo de ensino e aprendizagem ocorre. Analisar os dados obtidos, pois permitem acompanhar a evolução do desempenho dos alunos e dos diversos fatores e aspectos que estão associados à qualidade e à efetividade do ensino ministrado nas escolas.
12. Conforme o artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil: “A educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Com base neste artigo, é correto afirmar que o sistema educacional e o estado
- (A) devem promover práticas de avaliação, classificação e premiação, uma vez que estas legitimam a aprendizagem e são meios de inserção do aluno na sociedade.
  - (B) devem garantir no *locus* escolar a transmissão de conteúdos científicos, artísticos, filosóficos, históricos e políticos, os quais devem orientar as ações do aluno e assim promover e garantir a plena educação para o exercício da cidadania.
  - (C) são os únicos responsáveis pela eficácia e preparação educacional de crianças, jovens e adultos a partir da transmissão de conteúdos escolares e avaliações contínuas.
  - (D) não podem assumir responsabilidades na formação do aluno e do futuro cidadão, uma vez que é na família que ocorre a primeira educação do ser humano, ficando a escola em plano secundário.
  - (E) devem atuar com base nas instâncias: estado, escola e família, em uma relação de coexistência necessária e que contribui para a formação do aluno e do cidadão.
13. De acordo com Gomes (2005): “A estrutura da escola e do sistema educacional foi por muito tempo comparada a uma caixa preta que processava insumos e oferecia resultados à sociedade”. Tendo em vista a atual realidade, pode-se afirmar sobre o modelo “caixa-preta” que
- (A) por mais simples que seja, parece hoje ser incapaz de refletir a complexidade da realidade social, tendo em vista que os fatos acontecem diferentemente e o sistema educacional está dividido em camadas: redes, órgãos, gestores regionais e locais, diferentes escolas, diferentes turmas, professores variados.
  - (B) de alguma forma, esse modelo se responsabiliza pelos egressos da escola; todavia, isso não pode ocorrer, pois o sistema educacional não pode ser responsabilizado por não formar pessoas que atendam às demandas e necessidades da sociedade e do mundo do trabalho em suas múltiplas dimensões.
  - (C) poderia ter sido eficaz se contasse com a participação dos educadores e educadoras, os quais não estimulavam procedimentos críticos, criativos e inovadores, de modo que os estudantes não eram sensibilizados para a percepção dos elementos necessários à sua formação intelectual, profissional e cidadã.
  - (D) corresponde à principal função do sistema educacional e da escola, que é transmitir conteúdos. A socialização, humanização e

cidadania são preferencialmente adquiridas na família e no trabalho.

- (E) é essencial à formação de quadros para o mundo do trabalho. Dessa forma, não pode ser subestimado em nome de um projeto de educação pautado na modernidade e nas novas tecnologias.

14. Leia o trecho abaixo.

*Nos tempos modernos, está em curso um longo processo de conquista de cidadania em termos de direitos civis, políticos e sociais. Estamos vivenciando um novo e diferente ciclo da história do mundo moderno: transnacionalização das atividades econômicas políticas, culturais, sociais. As formas de sociabilidade e os jogos sociais têm se modificado e adquirido outros significados. Nesse processo dos jogos das forças sociais e das formas de sociabilidade que se formam e se transformam, vai se formando uma nova sociedade civil, na qual se movem indivíduos e coletividades, classes sociais que compreendem etnias, diversidade de religiões, gênero, língua, valores e tradições, entre outros. A educação, a religião, a família, a política e o trabalho são inserções importantes, por meio das quais o indivíduo situa-se na sociedade, bem como no grupo social e na classe social.*

IANNI, Octávio. *O Cidadão do Mundo*. In: *Capitalismo, Trabalho e Educação*. Campinas, 2002. Adaptado.

Para responder à necessidade de acompanhar a sociedade que se transforma de maneira rápida e acelerada, a escola ideal seria

- (A) aquela que contribui de forma decisiva a partir da transmissão de conhecimentos elaborados, alcançando êxito em seus objetivos por utilizar métodos tradicionais, em que o professor é a figura central do processo ensino-aprendizagem.
- (B) uma escola cuja proposta escolanovista tem se mostrado eficaz na formação de pessoas participativas e competentes para atuar no mundo social e do trabalho, pois só ela, por meio de seus métodos, é capaz de preparar o futuro cidadão através de conhecimentos científicos e tecnológicos.
- (C) a que faz uso da pedagogia tecnicista, uma vez que é capaz de responder às reais necessidades da sociedade, a qual se projeta por meio da adaptação do indivíduo aos princípios da eficiência e produtividade, sem alterar suas peculiaridades, preparando quadros diversificados para atuação no mundo do trabalho.
- (D) aquela que se utiliza de propostas da pedagogia tradicional, do escolanovismo e da pedagogia tecnicista, pois esta pode contribuir para educar com qualidade social, humana e científica.
- (E) aquela capaz de compreender o desenvolvimento histórico da sociedade e enxergar a possibilidade de articular uma proposta pedagógica, cujo ponto de referência seja a transformação da sociedade e não sua manutenção e perpetuação.

15. Segundo Saviani (2008), o fator de marginalização da escolarização está classificado em dois grupos, a saber: 1. grupo que entende a educação como um instrumento de equalização social; 2. grupo que entende a educação como instrumento de discriminação social. Tendo como referência a sociedade, o ser humano e a educação, assinale a alternativa relacionada às proposições descritas no enunciado, respectivamente.

- (A) A sociedade é concebida como essencialmente harmoniosa e seus membros tendem a viver integrados. A marginalidade é um fenômeno acidental que atinge individualmente um número maior ou menor de seus membros, sendo que a escola não pode intervir para mudar esse processo./ A sociedade é essencialmente marcada pela divisão entre grupos ou classes antagônicas que se relacionam à base da força e se manifesta nas condições de vida material. A marginalidade é entendida como fenômeno inerente à própria estrutura da sociedade e a escola poderá intervir e mudar este processo.
- (B) A sociedade é concebida como essencialmente conflituosa, embora seus membros procurem viver integrados. A marginalidade é um fenômeno individual e a escola pode contribuir com a superação das dificuldades sociais./ A sociedade é marcada pela divisão de classes sociais e a educação, sendo dependente da estrutura social, muito contribui para reverter o fenômeno da marginalização.
- (C) A sociedade é concebida como essencialmente harmoniosa e seus membros tendem a viver integrados. A marginalidade é fenômeno acidental, individual e que afeta um número maior ou menor de seus membros./ A educação emerge como instrumento de correção dessas distorções e constitui força homogeneizadora que tem por função reforçar os laços sociais.
- (D) A sociedade é essencialmente marcada pela divisão entre grupos ou classes antagônicas que se relacionam à base da força que se manifesta nas condições de vida material. A marginalidade é entendida como fenômeno inerente à própria estrutura social./ A educação é dependente da estrutura social e geradora da marginalidade. A escola não supera, mas legitima a marginalidade.
- (E) A sociedade é conflituosa e contraditória, portanto há que se considerar a complexidade relacionada ao fenômeno da marginalização./ Se a educação pautasse seu programa escolar em conteúdos científicos, o fenômeno da marginalização estaria superado.

16. De acordo com Anísio Teixeira (1956): “a nova escola comum, antes de mais nada, teve de lutar para fugir dos métodos já consagrados da escola antiga, que sendo especial e especializante, especializara os seus processos e fizera da cultura escolar uma cultura peculiar e segregada (...) a escola antiga era, com efeito, a oficina que preparava os escolásticos, isto é, homens eruditos, intelectuais, críticos. Objetivos, métodos, processos, tudo passou nela a ser algo de muito especializado e, portanto, remoto, alheio à vida cotidiana e indiferente às necessidades comuns aos homens. Enfim, a escola era a oficina do conhecimento racional e a oficina era a escola do conhecimento prático. Uma não conhecia a outra. Dois mundos à parte. Podiam se admirar ou se odiar, mas não se compreendiam nem podiam se compreender.” Assim sendo, considerando a história da educação no Brasil, o mundo social, econômico, cultural, os avanços da ciência experimental, da tecnologia, o novo caráter da pesquisa e do conhecimento científico, o Plano Nacional de Educação (PNE) propõe alternativas curriculares e pedagógicas como forma de melhor preparar os egressos da escola, dentre as quais pode-se destacar:

- (A) o favorecimento de uma educação que introduza novos conteúdos curriculares e novas metodologias de uso tecnológico substituindo livros didáticos por *tablets*, entre outros.
- (B) a ampliação da oferta de educação profissional, priorizando disciplinas e conteúdos técnicos centrados nas múltiplas informações necessárias à modernidade social.
- (C) a garantia do domínio de conhecimentos universais e científicos, os quais devem ser ministrados a partir de ações que permitam a relação do aluno com o conhecimento e o conduzam ao domínio intelectual da técnica.
- (D) a priorização do ensino polivalente, o qual possibilitará a ampliação da capacidade do aluno frente às novas e modernas tecnologias no mundo social e do trabalho.
- (E) a parceria com empresas como forma de assegurar ao aluno vivências profissionais como forma de superar o desconhecimento prático e assim proporcionarem uma formação profissional de boa qualidade para o ingresso no mundo do trabalho.

17. Leia o trecho abaixo.

*(...) As escolas não são espaços exclusivos para o puro aprender e para o puro ensinar. São locais nos quais se estabelecem vínculos e se criam expectativas e sentimentos. Ou seja, ensinar não pode ser constituído por um simples repassar ou transmitir conhecimentos. O próprio processo de conhecer exige percepção das relações com objetos e com pessoas.*

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. p. 13. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

Esse pensamento educacional se vincula à ideia de uma escola

- (A) que prioriza a formação do aluno a partir do desenvolvimento das relações humanas e sociais.
- (B) voltada à formação do aluno em sua plenitude humana e social, sem deixar de priorizar a transmissão e o desenvolvimento de conhecimentos universalmente acumulados.
- (C) que, a partir da preservação e transmissão de valores e conteúdos tradicionais, busca a inovação com base na aplicação das modernas tecnologias.
- (D) que considera o valor da dimensão política e social da escola, articulado com a dimensão do saber e de sua apropriação histórica, política e social.
- (E) que assegura a promoção de conhecimentos e aplicação de avaliações, aliando o aspecto sistemático ao de desenvolvimento social e pessoal, como forma de assegurar a qualidade do ensino.

18. Segundo a autora Miriam Abramovay (2015), na escola, “o jovem é despido da condição social de ser jovem e se transforma em ‘aluno’ e assim é visto por uma perspectiva exterior a ele”, caracterizada pela

- I. imposição normativa do sistema de ensino, perdendo-se de vista a diversidade, as buscas e os parâmetros de comportamento que fazem parte das modelagens da juventude.
- II. vontade própria de se profissionalizar.
- III. desconsideração à cultura juvenil, que se caracteriza por ser dinâmica, diversa, flexível e móvel.

É correto o que se apresenta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) I, II e III.

19. O programa de ensino de tempo integral do sistema estadual do Estado de São Paulo tem objetivado o incentivo aos alunos a criarem seus “projetos de vida”. Assim sendo, a escola de tempo integral deverá

- (A) acolher e orientar os novos alunos para que tenham condições de elaborar seu projeto de vida com vistas à realidade em que vivem, não criando expectativas distantes e fora desta.
- (B) acolher, recepcionar, diagnosticar, orientar os novos alunos sobre o ensino integral, levando-os à reflexão sobre a criação e escrita de seu projeto de vida, além de prover meios para que possam realizá-los.
- (C) acolher, recepcionar e mostrar aos novos alunos como se processa o ensino integral, no que tange às disciplinas, conteúdos e avaliações curriculares.

- (D) acolher e diagnosticar os alunos ingressantes no ensino integral, levando-os a reconhecer os desafios existentes no mundo do trabalho, bem como a importância da formação dos recursos humanos para a atuação no mercado de trabalho.
- (E) incentivar os novos alunos do ensino integral à criação de seu projeto de vida, provendo meios para que o elaborem, tendo em vista as transformações sociais, culturais e econômicas da sociedade.
- 
20. É da competência do núcleo pedagógico da escola a função de dar apoio técnico aos docentes e discentes no que concerne à elaboração, ao desenvolvimento e à avaliação da proposta pedagógica. Assim sendo, o diretor da escola
- (A) não deve necessariamente participar e se envolver integralmente com o projeto pedagógico da escola, uma vez que deve focar em resolver questões principalmente administrativas.
- (B) tem como competência resolver pendências técnico-burocráticas, pois delas dependem o bom funcionamento administrativo e pedagógico escolar.
- (C) no exercício de sua função, representa o centro executivo do planejamento, da organização, coordenação e avaliação do processo educacional em toda sua amplitude.
- (D) tem como competência o atendimento da comunidade, dos alunos e dos membros da associação de pais e mestres em suas dificuldades e na gerência de recursos para manutenção da escola.
- (E) tem como competência presidir o conselho de escola, as reuniões da associação de pais e mestres e a entrega de papéis na diretoria de ensino.
- 
21. Na contemporaneidade, existe o consenso de que, embora a ciência e a tecnologia sejam importantes ramos da sociedade globalizada e de suas organizações, o papel exercido pela liderança é importante para o alcance dos objetivos organizacionais. No caso da escola, o papel exercido pelo diretor como líder do processo ensino-aprendizagem é de valor imprescindível. Tendo como referência os autores Trigo, J.R e Costa (2008), a liderança deve ser de caráter
- (A) dialógico, pois conta com a participação de pessoas para tomada de decisões.
- (B) centralizador, pois, embora reconheça a complexidade da sociedade contemporânea, toma posições e medidas sem considerá-las.
- (C) de valores, pois conta com a participação de pessoas através do diálogo explícito e democrático, sendo vinculada às raízes humanistas e procurando responder à complexidade da escola com clareza e ponderação.
- (D) colegiada, pois não decide sozinha, mas em conjunto com o conselho de escola, sendo vinculada às leis que regem o ensino público.
- (E) gerencial, uma vez que está voltada aos resultados apresentados pela escola nos processos avaliatórios.
- 
22. O diretor de escola estadual efetivo e ingressante no cargo deste concurso fica sujeito, durante os 3 primeiros anos de atuação, ao período probatório e à avaliação especial de desempenho, além da frequência a curso específico de formação. Dessa forma, após esse período,
- I. o diretor não será avaliado individualmente, mas na ação coletiva, uma vez que a atividade administrativa é de natureza coletiva.
- II. será aplicada a avaliação periódica de desempenho individual, que terá periodicidade anual e será consolidada a cada 3 anos em parecer denominado “resultado do ciclo avaliativo”.
- III. o diretor que não obtiver resultado satisfatório no “ciclo de avaliação” integrará obrigatoriamente o programa de desenvolvimento profissional a ser promovido pela Secretaria de Educação.
- É correto o que se apresenta em
- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.
- 
23. Considerando três eixos expressos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: *Flexibilidade, Avaliação e Liberdade*, a LDBEN reconhece a escola como um importante espaço educativo e os profissionais da educação como portadores de competência técnica e política capazes de participar da elaboração do seu projeto pedagógico. Nessa perspectiva, a Lei
- (A) amplia o papel da escola diante da sociedade, colocando-a no centro de atenção das políticas educacionais mais gerais, sugerindo sua autonomia.
- (B) confere à escola o direito de soberania para legislar em prol dos interesses dos segmentos escolares e da comunidade na qual está inserida.
- (C) não concorre para a qualidade de ensino, quando propõe liberdade e flexibilidade para que as escolas se organizem, pois a organização do trabalho pedagógico deve estar vinculada a princípios gerais.
- (D) concedeu abertura ilimitada à escola, o que não concorre necessariamente para a melhoria da qualidade da educação.
- (E) dá abertura para que a escola priorize os princípios do senso comum em detrimento do conhecimento científico.

24. Na semana de planejamento escolar, a direção e equipe de gestão, professores e funcionários de uma escola estadual iniciaram a discussão sobre o Projeto Político-Pedagógico (PPP). Após leitura de textos e documentos legais, concluíram que a elaboração e execução de um bom PPP deve seguir três princípios, que, de certa forma, garantem o alcance dos objetivos propostos pelo projeto. São eles:

- (A) 1. Igualdade de condições para acesso e permanência na escola – há um ponto de partida, mas a igualdade deve ser garantida no ponto de chegada.
2. Qualidade para todos, que deve ser garantida e se constitui em um grande desafio.
3. Gestão democrática, que abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira.
- (B) 1. Igualdade para acesso, sendo que a permanência nem sempre poderá ser garantida, pois está ligada a diversos fatores sociais e do alunado.
2. Qualidade, que deve ser garantida por meio de ações técnicas e políticas.
3. Gestão democrática, que exige ruptura com a retenção e evasão escolar.
- (C) 1. Igualdade de condições para acesso e permanência na escola.
2. Qualidade, que depende da clientela escolar, que nem sempre pode estar preparada para aprendizagem de conteúdos formais.
3. Gestão democrática, que exige a participação de diversos segmentos escolares para alcance dos objetivos.
- (D) 1. Igualdade de condições para aprendizagem, que deverá ser diagnosticada no início do ano letivo.
2. Qualidade, que deve ser garantida a partir do diagnóstico com a utilização das ferramentas tecnológicas.
3. Gestão democrática, que deve ser dinâmica e competente.
- (E) 1. Igualdade de condições para acesso e permanência na escola, que deverá contar com a participação da família no acompanhamento de seus filhos nas tarefas realizadas em casa.
2. Qualidade, que não pode contar apenas com a escola, mas depende também da origem e do ambiente do aluno.
3. Gestão escolar, que deve seguir os parâmetros técnicos e formais para garantir o bom funcionamento da escola.

Leia o trecho abaixo, retirado de “Organização e gestão da escola: teoria e prática”, de José Carlos Libâneo, para responder à questão 25.

*O princípio da autonomia requer vínculos mais estreitos com a comunidade educativa, basicamente os pais, as entidades e organizações paralelas à escola. A presença da comunidade na escola, especialmente dos pais, tem várias implicações. Prioritariamente, os pais e outros representantes participam do Conselho de Escola, da Associação de Pais e Mestres (ou organizações correlatas) para preparar o projeto pedagógico-curricular e acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços prestados.*

25. No fragmento acima, Libâneo (2013) cita a importância dos Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres para a democratização da educação e o debate sobre os principais problemas da escola e suas possíveis soluções. Tendo em vista este assunto, é correto afirmar que são atribuições do Conselho Escolar, **EXCETO**:

- (A) participar da elaboração do calendário escolar, no que competir à unidade escolar e conforme a legislação vigente.
- (B) convocar assembleias gerais da comunidade escolar ou de seus segmentos.
- (C) promover relações pedagógicas que favoreçam o respeito ao saber do estudante e valorizem a cultura da comunidade local.
- (D) planejar a política relativa ao programa de assistência escolar, bem como orientar e apoiar a iniciativa privada no campo da educação.
- (E) acompanhar a evolução dos indicadores educacionais e propor, quando necessário, intervenções pedagógicas e/ou medidas socioeducativas visando à melhoria da qualidade social da educação escolar.

26. Na abordagem cognitivista, conforme Mizukami (1992), a escola

- (A) é aquela que respeita a criança tal qual é e oferece condições para que ela possa se desenvolver em seu processo de vir-a-ser. É uma escola que oferece condições que possibilitem a autonomia do aluno.
- (B) deveria dar a qualquer aluno a possibilidade de aprender por si próprio, oportunidades de investigação individual, possibilitando-lhe todas as tentativas, todos os tateios e ensaios que uma atividade real pressupõe.
- (C) é considerada e aceita como uma agência educacional que deverá adotar forma peculiar de controle, de acordo com os comportamentos que pretende instalar e manter. Cabe a ela, portanto, manter, conservar e, em parte, modificar os padrões de comportamento aceitos como úteis e desejáveis para uma sociedade, considerando-se determinado contexto cultural.
- (D) é o lugar por excelência onde se realiza a educação, a qual se restringe, em sua maior parte, a um processo de transmissão de informações em sala de aula e funciona como uma agência sistematizadora de uma cultura complexa.

(E) é uma instituição que existe num contexto histórico de uma determinada sociedade. Para que seja compreendida, é necessário que se entenda como o poder se constitui na sociedade e a serviço de quem está atuando.

27. Os recursos de adiantamento atendem à legislação específica e, portanto, devem ser utilizados para pagar despesas comuns ou de caráter emergencial que não podem aguardar processo de licitação. Em relação à prestação de contas desse tipo de recurso, assinale a alternativa correta.

(A) É altamente recomendável que a prestação de contas dos recursos de adiantamento seja feita em conjunto com as prestações de conta de demais recursos, sempre ordenando os documentos fiscais a partir do que apresenta valor mais alto para o mais baixo.

(B) Para prestar contas, o saldo da conta corrente precisa ser coerente com a movimentação realizada, atestando-a por documentos e informações verídicas. No final de um determinado período, estabelecido em lei ou regulamento, todos os documentos fiscais, com as devidas justificativas, devem ser encaminhados à Secretaria de Educação do Estado ou do Município, integrando o relatório da prestação de contas dos recursos, conforme os objetivos de sua aplicação.

(C) Esta prestação de contas pode ser feita somente para a comunidade, por meio de publicação de demonstrativos e do parecer do conselho fiscal, que deve ser lavrado em ata de reunião.

(D) A prestação de contas dos recursos de adiantamento segue os mesmos critérios da prestação de contas dos recursos financeiros privados, que atendem às normas estabelecidas pela instituição concedente e sem a necessidade de prestar contas para a comunidade, por se tratar de recurso de urgência.

(E) No caso de recursos de adiantamento, a prestação de contas deve sempre ser feita diretamente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, até o último dia do ano do repasse de recursos.

28. De acordo com Paulo Freire (1996), em "Pedagogia da Autonomia", pode-se afirmar que

(A) ensinar não é, necessariamente, uma especificidade humana.

(B) ensinar exige liberdade moderada que se contrapõe ao autoritarismo tradicional, sendo que ambos devem existir.

(C) ensinar exige reconhecer que a educação não é, deveras, ideológica.

(D) a necessária promoção da ingenuidade à criticidade deve ser feita à distância da estética.

(E) ensinar exige rigorosidade metódica.

29. Leia o fragmento abaixo.

*No Brasil, a pobreza extrema que afeta milhões de famílias, as condições exaustivas de trabalho a que são submetidas as pessoas, retirando-lhes o tempo que poderiam dedicar para comunicar-se com os filhos e educá-los em parceria com as escolas, a falta de boas políticas públicas que verdadeiramente beneficiem todos, os recursos ainda insuficientes destinados à educação têm suas raízes no contexto socioeconômico de violência e exclusão, caracterizado pela enorme concentração de riquezas nas mãos de poucos e por um estrutural desrespeito pelos direitos de cidadania.*

Disponível em:  
[https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetosociais/confitos\\_na\\_escola.pdf](https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetosociais/confitos_na_escola.pdf)

Uma das causas externas de conflitos nas escolas são os fatores socioeconômicos. Porém, existem ações que podem contribuir para transformar esse contexto, como

(A) incentivo à criação de grêmios estudantis, escolha de líderes e centralização de tarefas.

(B) mudança no horário, formato e objetivo das reuniões com pais e mães, tornando-as oportunidades de diálogo.

(C) projetos escolares na área de Língua Portuguesa, que incentivem o aprendizado da Gramática Normativa, inserindo a norma-padrão na realidade do aluno.

(D) padronização de classes heterogêneas por meio de equiparação de níveis e junção de competências.

(E) projetos escolares voltados à prática intensiva de atividades em sala, a fim de aumentar a média escolar e contribuir para a formação individual e coletiva.

30. De acordo com Azanha (2004), é correto afirmar que

(A) a ideia de democratização como extensão de oportunidades a todos tem sido muito mais atraente para os educadores do que a democratização do ensino, como consistindo basicamente em uma prática educativa fundada na liberdade do educando.

(B) democratizar o ensino pela instituição de práticas educativas fundadas na liberdade do educando tem sido uma proposta sedutora para os educadores: a sua aceitação é sempre interpretada como uma visão retrógrada da educação.

(C) a liberdade na vida escolar ocorre num contorno institucional que, pela sua própria natureza e finalidade, é apto para reproduzir as condições da vida política.

(D) já se formulou a hipótese de que a permissividade acaba gerando atitudes conformistas, porém, quando no ambiente escolar, as crianças ficam entregues ao seu próprio governo, e organizam-se grupos que exigem dos seus membros um grande esforço, com muita diligência.

- (E) embora a pregação da democratização do ensino seja antiga e constante no pensamento brasileiro, sempre que ocorreu uma maciça extensão das oportunidades educativas, os educadores sentiram-se chocados no seu zelo pedagógico.

31. Leia o texto abaixo.

*Nas organizações educativas, a liderança tem vindo a assumir um papel de crescente relevo e a ser apontada como uma das chaves para a mudança dos sistemas educativos e das organizações escolares no sentido de as tornar mais eficazes e de aumentar os seus níveis de qualidade.*

TRIGO, João Ribeiro et COSTA, Jorge Adelino, p. 562, 2008.

Quanto ao potencial da Direção por Valores, no que concerne à aplicação para a organização escolar, é correto afirmar que

- (A) a grande missão da escola deve ser, inquestionavelmente, educar para uma cidadania com valores, de reconhecimento e de respeito pela dignidade de todos os seres humanos. Têm aqui necessariamente lugar a solidariedade e a educação para a justiça, desenvolvendo o sentido de responsabilidade pela transformação das estruturas de injustiça no nosso mundo.
- (B) a escola, como espaço de relações fugazes entre pessoas, onde se exercem diversas lideranças, aos mais diferentes níveis, a contar a sala de aula, poderia se beneficiar de um diálogo aberto, democrático, razoável e racional, fundado em valores já impostos e no reconhecimento do individual de cada pessoa.
- (C) a questão do desenvolvimento de uma cultura organizacional assenta na visão, missão e valores partilhados, essencial para algo que, para muitos, é já considerado uma realidade dominante com a construção de verdadeiras comunidades educativas, cimentadas por laços de respeito, consideração, mesmo de afetividade e, necessariamente, pela construção partilhada de objetivos comuns.
- (D) a adequação dos valores para ordenar, de forma livre, criativa e flexível o caos (a permanente instabilidade e mudança), é essencial para a escola e para os seus agentes educativos, uma vez que jovens mais dificilmente se integram e se deixam influenciar pelas mudanças, incertezas e perplexidades do mundo que os rodeia.
- (E) só organizações educativas, cujo ambiente permita a libertação da energia criativa das suas pessoas, desenvolvendo os seus valores e o seu valor, terão condições para ajudar a libertar todo o potencial nos seus alunos. Dessa forma, infere-se que esse modelo não apresenta limitações, como os outros modelos ou propostas, contudo, podendo sempre melhorar continuamente.

32. Abaixo, observa-se uma síntese das competências cognitivas avaliadas no exame do Saresp.



O uso do termo “competência”, conforme Zabala (2015), é uma consequência da necessidade de superar um ensino que, na maioria dos casos, foi reduzido a uma aprendizagem memorizadora de conhecimentos, fato que implica dificuldade para que esses conhecimentos possam ser aplicados na vida real. Dessa forma, com base nas competências do Saresp e nos conceitos de Zabala, assinale a alternativa correta.

- (A) Um ensino de competências para a vida não exige a criação de uma área específica para todos os seus componentes de caráter metadisciplinar, desde que incite a reflexão e o estudo teórico e, ao mesmo tempo, sua aprendizagem sistemática em todas as outras áreas.
- (B) A competência e os conhecimentos são antagônicos, pois nem sempre a atuação competente representa a utilização de conhecimentos inter-relacionados às habilidades e às atitudes.
- (C) As competências escolares devem englobar de forma exclusiva os âmbitos sociais e profissionais.
- (D) A aprendizagem de uma competência está muito distanciada do que é uma aprendizagem mecânica; significa um maior grau de relevância e funcionalidade possível, pois, para poder ser utilizada, devem ter sentido tanto a própria competência quanto seus componentes procedimentais, atitudinais e conceituais.
- (E) Existe uma metodologia própria para o ensino das competências – esta é utilizada no Saresp – através de condições sobre como devem ser as estratégias.

33. Leia o fragmento abaixo.

*Além de estruturais, as modalidades da inteligência admitem níveis de desenvolvimento. Cada nível expressa um modo particular (relativo ao processo de desenvolvimento). O nível seguinte incorpora o anterior, isto é, conserva seus conteúdos, mas os transforma em uma forma mais complexa de realização, compreensão ou observação.*

*A concepção de competência implica uma visão ou compreensão da inteligência humana que realiza ou compreende, no nível em que o faz, como estrutura de conjunto. São vários os aspectos cognitivos em jogo: saber inferir, atribuir sentido, articular partes e o todo, excluir, comparar, observar, identificar, tomar decisões, reconhecer, fazer correspondências.*

Disponível em:

[http://saesp.fde.sp.gov.br/2009/pdf/Saesp2008\\_MatrizRefAvaliacao\\_DocBasico\\_Completo.pdf](http://saesp.fde.sp.gov.br/2009/pdf/Saesp2008_MatrizRefAvaliacao_DocBasico_Completo.pdf)

Na matriz do Saesp, pode-se observar a divisão da avaliação através dos conteúdos por competências e habilidades.



Luckesi (2011) versa sobre como a prática da avaliação escolar estipula como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. No entanto, isso tem mudado, principalmente nas grandes avaliações, como o Enem e o Saesp. Diante do exposto, a respeito da classificação da avaliação escolar, pode-se inferir que

- (A) o julgamento de valor deveria ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico em um padrão previamente determinado, função esta que abarca uma gama de fatores, dando base para estudos mais amplos.
- (B) o ato de avaliar serve como pausa para pensar a prática e retornar a ela, não como um meio de julgar a prática e torná-la estratificada.
- (C) o momento de avaliação deveria ser um “momento de fôlego” na escalada, para, em seguida, ocorrer a retomada da marcha de forma mais adequada, e nunca um ponto definitivo de chegada, especialmente quando o objeto da ação avaliativa é dinâmico, como no caso da aprendizagem.
- (D) com a função classificatória, a avaliação pode auxiliar o avanço e o crescimento, tendo bases de medida e estatística para este fim.

- (E) através da avaliação classificatória, a avaliação constitui-se em um instrumento ascensor do processo evolutivo de crescimento, principalmente quando pode ser visualizada através dos períodos.

34. Leia o texto abaixo.

*Há várias formas de se conceber o fenômeno educativo. Por sua própria natureza, não é uma realidade acabada que se dá a conhecer de forma única e precisa em seus múltiplos aspectos. É um fenômeno humano, histórico e multidimensional. Nele, estão presentes tanto a dimensão humana quanto a técnica, a cognitiva, a emocional, a sociopolítica e cultural. Não se trata de mera justaposição das referidas dimensões, mas, sim, da aceitação de suas múltiplas implicações e relações.*

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. *Ensino: as abordagens do processo*. São Paulo: E.P.U., 1992.

Diante do exposto, conforme Mizukami (1992), o fenômeno educativo pode ser concebido de várias formas. Uma mesma situação pode ser tratada de forma diferente conforme a abordagem. Em relação às abordagens tradicional e comportamentalista, respectivamente, é correto afirmar que

- (A) a primeira caracteriza-se por preocupar-se mais com a variedade de conceitos do que com a formação do pensamento reflexivo, enquanto a segunda acredita implicitamente nas virtudes formativas das disciplinas do currículo.
- (B) a primeira é caracterizada não somente pela transmissão de verdades, informações, demonstrações etc., mas sim pelo fator do aluno aprender por si próprio e conquistar essas verdades, e a segunda tem a aprendizagem como a qualidade de um envolvimento pessoal, a pessoa como um todo, tanto sob o aspecto sensível, quanto sob o aspecto cognitivo.
- (C) a primeira tem a relação professor-aluno como horizontal e não imposta, já a segunda é uma pedagogia do conhecimento, e o diálogo, a garantia desse ato de conhecimento.
- (D) na primeira, a escola é o local da apropriação do conhecimento, por meio da transmissão de conteúdos e confrontação com modelos e demonstrações; na segunda, caracteriza-se pelo primado do objeto (empirismo), o conhecimento é uma “descoberta” e é nova para o indivíduo que a faz.
- (E) para a primeira, ensinar consiste em um arranjo e planejamento de contingência de reforço sob os quais os estudantes aprendem, já a segunda é considerada e aceita como uma agência educacional que deverá adotar forma peculiar de controle, de acordo com os comportamentos que pretende instalar e manter.

35. As bases que dão sustentação ao projeto nacional de educação responsabilizam o poder público, a família, a sociedade e a escola pela garantia a todos os estudantes de um ensino ministrado com base em alguns princípios, como igualdade de condições para o acesso, pluralismo de ideias e respeito à liberdade e aos direitos. Educar exige cuidado; cuidar é educar, envolvendo acolher, ouvir, encorajar, apoiar, no sentido de desenvolver o aprendizado de pensar e agir, cuidar de si, do outro, da escola, da natureza, da água, do Planeta. Dessa forma, no que concerne ao *cuidar*, assinale a alternativa correta.

- (A) Em cada criança, adolescente, jovem ou adulto, há uma pessoa em formação e, nesse sentido, cuidar, diferentemente de educar, é um princípio, um ato que orienta e dá sentido aos processos de ensino, de aprendizagem e de construção do ser humano em suas múltiplas dimensões.
- (B) É somente através do cuidado que se constrói a educação e as dimensões que a envolvem como projeto transformador e libertador.
- (C) O cuidado, na escola, é constituído por um eixo de significação: o de inquietação, no sentido de responsabilidade, isto é, de cogitar, pensar, manter atenção, mostrar interesse e revelar atitude de desvelo.
- (D) Cuidado é um princípio que norteia a atitude, o modo prático de realizar-se, de viver e conviver no mundo. Por isso, na escola, o processo educativo comporta uma atitude recortada da ação humana, baseada somente em uma racionalidade estratégico-procedimental.
- (E) O cuidado inclui ampliação das dimensões constitutivas do trabalho pedagógico, mediante verificação das condições de aprendizagem apresentadas pelo estudante e busca de soluções junto à família, aos órgãos do poder público e a diferentes segmentos da sociedade.

36. É correto afirmar que o Idesp é um indicador que avalia

- (A) o nível de proficiência do docente, através de avaliações aplicadas a alunos e professores por meio de relatórios internos.
- (B) a qualidade do ensino de determinada escola, a fim de fazer uma estatística de uma região ou um fluxo; nesta avaliação, constam pareceres do desempenho discente e da estrutura da escola como um todo.
- (C) a qualidade do ensino, através de dados fornecidos por meio do Saesp e da avaliação interna de professores.
- (D) a qualidade da escola; nesta avaliação, considera-se que uma boa escola é aquela em que a maior parte dos alunos apreende as competências e habilidades requeridas para a sua série, em um período de tempo ideal.
- (E) o nível de proficiência do discente, através de avaliações internas e nacionais.

37. Leia os fragmentos abaixo.

*Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.*

ECA, Art. 5º. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)

*A violência simbólica se manifesta de múltiplas formas: a formação da opinião pública através dos meios de comunicação de massa, jornais etc.; a pregação religiosa; a atividade artística e literária; a propaganda e a moda; a educação familiar etc.*

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

Sendo assim, a respeito da violência simbólica no sistema escolar, é **INCORRETO** afirmar que

- (A) busca-se explicitar a Ação Pedagógica (AP) como imposição arbitrária da cultura (também arbitrária) dos grupos ou classes dominantes aos grupos ou classes dominados. Essa imposição, para se exercer, implica necessariamente a Autoridade Pedagógica (AuP), isto é, um “poder arbitrário de imposição que, só pelo fato de ser desconhecido como tal, se encontra objetivamente reconhecido como autoridade legítima”.
- (B) a função da educação é a de reprodução das desigualdades sociais. Pela reprodução cultural, ela contribui especificamente para a reprodução social.
- (C) de acordo com essa teoria, marginalizados são os grupos ou classes dominados. Marginalizados socialmente, porque não possuem força material (capital econômico), e marginalizados culturalmente, porque não possuem força simbólica (capital cultural). E a educação, longe de ser um fator de superação da marginalidade, constitui um elemento reforçador desta.
- (D) a tentativa de utilizar a Educação como instrumento de superação da marginalidade não é apenas uma ilusão. Os esforços oriundos dos grupos ou classes dominados revertem-se para interesse destes.
- (E) é pela mediação desse efeito de dominação da Ação Pedagógica dominante que as diferentes APs que se exercem nos diferentes grupos ou classes colaboram objetiva e indiretamente na dominação das classes dominantes (inculcação pelas ações pedagógicas dominadas de conhecimentos ou de maneiras, dos quais a AP dominante define o valor sobre o mercado econômico ou simbólico).

38. Leia o fragmento abaixo.

*A liderança do Gestor é, sem dúvida, uma característica essencial, porém isoladamente não basta. Faz-se necessário pôr a sua disposição e de sua equipe um conjunto de ferramentas gerenciais que permitam dirigir a escola de forma estruturada. Essa estrutura deverá garantir que missão, objetivos, metas, estratégias, planos de ação e métricas estejam todos alinhados e claramente definidos, em todos os níveis da organização, de modo que todos possam, com clareza, compreender o seu papel e contribuir objetivamente para a consecução dos resultados esperados, para que sejam medidos, avaliados e recompensados.*

*Modelo de gestão: tecnologia empresarial socioeducacional (TESE): uma nova escola para juventude brasileira: escolas de ensino médio em tempo integral. Recife: ICE, 2007.*

O ciclo PDCA é um dos métodos de gestão que visam controlar e conseguir resultados eficazes e confiáveis nas atividades de uma organização. A esse respeito, é correto afirmar que

- (A) a Avaliação ocorre de forma separada do Acompanhamento e possibilita verificar se as estratégias estão conduzindo aos resultados pretendidos.
- (B) ao final de um período, geralmente anual, é imprescindível proceder à correção do Plano de Ação, ajustando estratégias, metas, indicadores e outras variáveis em função da vivência de cada um e dos resultados alcançados.
- (C) acompanhar é pôr em prática o que foi definido nos vários instrumentos de planejamento. Envolve a parceria entre educadores e educandos.
- (D) o Planejamento é um momento de aceitação dos líderes. É a oportunidade de traçar e definir rumos, corrigir falhas, aprimorar métodos e processos. É a etapa que deve demonstrar os indicadores da eficácia.
- (E) o Plano de Ação de cada Centro é elaborado de acordo com os fundamentos de teorias pedagógicas comportamentais, portanto, é um plano estratégico alicerçado em uma filosofia de gestão humanística.

39. As práticas restaurativas se originam do modelo de Justiça Restaurativa e têm contribuído para criar uma cultura de diálogo, respeito mútuo e de paz nas escolas, levando a mudanças diretas no campo das inter-relações. Diante disso, assinale a alternativa **INCORRETA** acerca dos objetivos das práticas restaurativas.

- (A) Desenvolver competências nas pessoas, elevando as habilidades sociais daqueles que foram prejudicados por outros e fortalecendo suas personalidades.
- (B) Ajudar na segurança da comunidade escolar, por meio de estratégias que constroem relacionamentos e permitem que todos da escola assumam a responsabilidade pelo bem-estar de seus membros.

- (C) Restaurar relações afetadas pelo conflito, se possível com a reparação do dano causado à vítima.
- (D) Permitir que os infratores prestem contas àqueles a quem prejudicaram, preparando-os para reparar, dentro do possível, os danos causados.
- (E) Trabalhar valores humanos como participação, respeito, responsabilidade, honestidade, humildade, interconexão, empoderamento e solidariedade.

40. De acordo com as Matrizes de referência para avaliação: documento básico – Saesp, competências cognitivas são modalidades estruturais da inteligência. Modalidades, pois expressam o que é necessário para compreender ou resolver um problema. Um mesmo problema pode ser resolvido de diversos modos. Em relação às *Competências para Realizar*, é correto afirmar que

- (A) implicam o uso de esquemas operatórios.
- (B) as habilidades estão focadas nas atividades dos alunos, no quê e como fazem. Estas habilidades implicam procedimentos de classificar, seriar, ordenar, conservar, compor, decompor, fazer antecipações, calcular, medir, interpretar.
- (C) atuam de modo a possibilitar realizações via esquemas procedimentais ou leituras via esquemas de representação.
- (D) referem-se aos esquemas presentativos ou representativos, propostos por Jean Piaget.
- (E) a leitura do objeto (a prova) supõe, como mínimo, o domínio e, portanto, o uso das seguintes habilidades: observar, identificar, descrever, localizar, diferenciar ou discriminar, constatar, reconhecer, indicar, apontar.

41. Conforme a Proposta curricular do Estado de São Paulo para o ensino fundamental II e ensino médio, em relação aos princípios para um currículo comprometido com seu tempo, é correto afirmar que

- (A) ações como a concepção coletiva da Proposta Pedagógica e o uso intencional da convivência como situação de aprendizagem fazem parte da desconstrução da escola dos tempos atuais, retomando ideais eruditos.
- (B) o conhecimento tomado como instrumento, mobilizado em competências, reforça o sentido cultural da aprendizagem. Tomado como valor de conteúdo lúdico, de caráter ético ou de fruição estética, em uma escola com vida cultural ativa, o conhecimento torna-se um prazer que pode ser aprendido, ao se aprender a aprender.
- (C) no cotidiano escolar, a cultura deve ser associada ao que é local, pitoresco, folclórico, bem como ao divertimento ou lazer, enquanto o conhecimento pode ser associado a um determinado saber. É necessário encaixar essa dicotomia nos tempos atuais.
- (D) o fato de uma informação ou um conhecimento ser de outro lugar, ou de todos os lugares na grande

rede de informação, pode ser um obstáculo à prática cultural resultante da mobilização desse conhecimento nas ciências, nas artes e nas humanidades.

- (E) a transição da cultura do ensino para a da aprendizagem deve ser distinta e individual. A escola deve fazê-la tendo à frente seus gestores para capacitar os professores em seu dia a dia, a fim de que todos se apropriem dessa mudança de foco.

42. Conforme o TÍTULO IV: Da Organização da Educação Nacional, da LDB de 1996, assinale a alternativa correta.

- (A) É incumbência municipal assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem.
- (B) O Estado deve oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.
- (C) Autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino são incumbências da União, do Estado e dos municípios.
- (D) Os municípios deverão assumir o transporte escolar dos alunos das redes municipal e estadual.
- (E) O Estado incumbe-se de autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino.

43. A respeito da Pedagogia Tecnicista, de acordo com Saviani (2008), assinale a alternativa correta.

- (A) Buscou-se planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência. Para tanto, era mister operacionalizar os objetivos e, pelo menos em certos aspectos, mecanizar o processo.
- (B) A iniciativa cabe ao professor que é, ao mesmo tempo, o sujeito do processo, o elemento decisivo e decisório.
- (C) A iniciativa desloca-se para o aluno, situando-se o nervo da ação educativa na relação professor-aluno, portanto, relação interpessoal, intersubjetiva.
- (D) O elemento principal são os professores e alunos, ocupando a organização racional dos meios a posição secundária, à condição de executores de um processo cuja concepção, planejamento,

coordenação e controle ficam a cargo de profissionais envolvidos na comunidade e conhecedores de seus valores.

- (E) Enquanto na pedagogia tecnicista os meios são dispostos e estão à disposição da relação professor-aluno, estando, pois, a serviço dessa relação, na pedagogia nova a situação se inverte. Enquanto na pedagogia tecnicista são os professores e alunos que decidem se utilizam ou não determinados meios, bem como quando e como o farão, na pedagogia nova dir-se-ia que é o processo que define o que professores e alunos devem fazer, e assim também quando e como o farão.

44. Leia o texto abaixo.

*A meta do projeto da UNESCO de Padrões de Competência em TIC para Professores (ICT-CST) é melhorar a prática docente em todas as áreas de trabalho. Combinando as habilidades das TIC com as visões emergentes na pedagogia, no currículo e na organização escolar, os padrões foram elaborados para o desenvolvimento profissional dos professores que utilizarão as habilidades e os recursos de TIC para aprimorar o ensino, cooperar com os colegas e, talvez, se transformarem em líderes inovadores em suas instituições.*

*Padrões de competência em TIC para professores. UNESCO, 2008.*

No que tange aos *Padrões de Competência em TIC para Professores*, assinale a alternativa correta.

- (A) O treinamento inter ou intra-abordagens ou por componentes deve ser elaborado de forma a abranger as demandas atuais por competências prévias que contemplem um grupo exclusivo de professores mestres e inovadores mais qualificados. Os gestores devem descrever como suas ofertas são estruturadas para lidar com as necessidades de desenvolvimento do público-alvo.
- (B) A intenção do projeto ICT-CST é fornecer aos atores encarregados dos processos de desenvolvimento profissional uma matriz que eles possam usar para conceber ou rever suas ofertas de formação profissional. Os gestores interessados em participar do marco do ICTCST não terão, portanto, muita flexibilidade na implementação desses padrões.
- (C) O projeto de Padrões de Competência em TIC para os Professores também aborda seis componentes do sistema de ensino. É importante observar que os padrões restringem-se à concentração de habilidades de TIC.
- (D) A meta política da abordagem de criação do conhecimento é aumentar a produtividade criando uma força de trabalho permanentemente envolvida com a criação de conhecimento e inovação, beneficiando-se dela. As metas políticas educacionais relacionadas incluem aumentar o número de matrículas nas escolas e melhorar as habilidades básicas de alfabetização estritamente tecnológica.
- (E) Os padrões se baseiam em três abordagens da reforma do ensino, que correspondem a

perspectivas alternativas, às vezes sobrepostas, para melhorar a força de trabalho de um país e incentivar o crescimento econômico, sendo uma delas aumentar a habilidade da força de trabalho para utilizar o conhecimento de forma a agregar valor ao resultado econômico, aplicando-o para resolver problemas complexos do mundo real – ou a abordagem de aprofundamento de conhecimento.

45. Com base no artigo 205 da Constituição Federal, composto por seis elementos e dos demais artigos referentes à Educação, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Pode-se ressaltar a presença do princípio da igualdade, positivado no caput do art. 5º, o que também busca efetivar um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, sendo a educação direito de todos, devendo ser eliminada qualquer forma de discriminação ou preconceito.
- (B) O dever do Estado em propiciar a educação vem do fato de ela estar entre os direitos sociais positivados na própria Constituição (são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho etc.). Cabe, portanto, ao Estado garanti-la de maneira igualitária aos brasileiros.
- (C) No artigo 208, delinea-se o dever do Estado em garantir a educação. Lá estão positivadas as garantias de obrigatoriedade e gratuidade do ensino fundamental, a inclusão dos que estão fora de faixa etária e dos portadores de deficiência.
- (D) O pleno exercício da cidadania carrega consigo um único fator: o de perceber que a República Federativa do Brasil, que se constitui em um Estado Democrático de Direito, leva-nos a desfrutar direitos.
- (E) O pleno desenvolvimento da pessoa relaciona-se diretamente com o princípio da dignidade humana e significa, no caso do processo educacional, formar pessoas com autonomia, ou seja, com capacidade individual de construção da própria existência.

46. Uma das formas de garantir a qualidade da merenda escolar é o trabalho em conjunto com o nutricionista. Sobre este assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) Não cabe ao nutricionista notar qualquer forma de discriminação, que resulte em desigualdade no tratamento dispensado aos alunos e que configure violação dos direitos humanos. Nesse caso, a entidade executora deve sugerir um cardápio mais adequado às suas necessidades, sem gerar diferenciação na alimentação escolar servida.
- (B) Nas escolas, o nutricionista do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve planejar e avaliar o cardápio da alimentação escolar, enquanto a entidade executora é responsável por planejar e supervisionar as atividades de compra, seleção e armazenamento dos alimentos.
- (C) Sempre que houver a introdução, no cardápio, de alimento novo ou quaisquer outras alterações inovadoras, a entidade executora deverá aplicar teste de aceitabilidade aos alunos, o qual será

planejado e coordenado pelo nutricionista responsável técnico do PNAE. No entanto, o teste de aceitabilidade pode ser dispensado para frutas e hortaliças, bem como para outros preparos constituídos, em sua maioria, por estes mesmos alimentos.

- (D) A atuação do nutricionista nos estabelecimentos de ensino é de extrema relevância pedagógica, considerando que será responsável pela alimentação de pessoas que vivem um período de intenso desenvolvimento físico e psicológico.
- (E) A comunidade escolar também pode contribuir com o trabalho do nutricionista, identificando alimentos mais adequados às suas necessidades e repassando informações às entidades executoras.

47. Leia o texto abaixo.

*Meta 6 – Garantir educação integral em todos os níveis e modalidades de ensino e assegurar educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender a, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos na educação básica.*

Lei nº 16.279, de 08 de julho de 2016. Disponível em:  
<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16279-08.07.2016.html>.

Com base na Meta 6, leia o enunciado abaixo e assinale a alternativa que apresenta procedimentos didáticos necessários na busca da meta estabelecida, ou seja, nenhum aluno excluído e melhoria nos resultados de aprendizagem e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.

A educação integral expande os tempos, os espaços e as oportunidades educativas. Propõe uma aprendizagem conectada à vida e aos interesses e possibilidades das crianças e adolescentes, reconhecendo as múltiplas dimensões do ser humano, o que exige

- (A) desenvolver o currículo prescrito; avaliar as aprendizagens dos alunos e das alunas e classificá-los em agrupamentos homogêneos quanto aos conhecimentos já assimilados; entender o espaço como um componente básico do clima escolar e como sua organização colabora para reproduzir desigualdades e segregações sociais presentes na escola.
- (B) desenvolver um currículo focado nos saberes populares que fazem parte da prática cultural do local e grupo coletivo; mapear os diferentes tipos de saberes populares existentes, distinguindo os baseados em crenças e opiniões dos construídos a partir da observação e de explicações mais elaboradas; exigir a ordem dos espaços e das instalações para favorecer o progresso do fazer pedagógico e da convivência social.
- (C) rejeitar alternativas didáticas de inserção dos saberes populares na sala de aula; avaliar o desempenho escolar dos alunos e alunas na perspectiva da busca de resultados; ensinar a

aceitar o convívio com carteiras quebradas, janelas sujas, banheiros descuidados e quadras sem condições de uso.

- (D) desenvolver práticas didáticas fundamentadas na concepção, de modo que compete à escola desenvolver um ritual formal necessário para a inclusão do aluno no mercado de trabalho; avaliar para classificar, planejar e otimizar o uso pelos alunos dos laboratórios de ciências, de informática e do espaço das quadras de esporte.
- (E) ressignificar o currículo, articulando os saberes escolares com os locais; diagnosticar as aprendizagens dos alunos e alunas, identificando as principais dificuldades e lacunas para redimensionar o planejamento dos professores e ressignificar as práticas didáticas, possibilitando a construção dos conhecimentos a partir dos saberes já existentes; transformar os espaços em ambientes de aprendizagem acolhedores e desafiadores.

48. Leia o trecho abaixo.

*A promoção do desenvolvimento positivo do jovem vai exigir: primeiramente, a identificação de seus recursos pessoais – talentos, energias e interesses construtivos – e, depois, a elaboração de programas específicos de estimulação desses talentos. De acordo com Lerner (2004), o sucesso desses programas depende de três fatores preponderantes: uma relação positiva e sustentável com adultos; atividades dirigidas ao desenvolvimento de suas habilidades; e a participação do jovem em todas as decisões e vertentes do programa. Em geral, eles propõem ações efetivas com base, por exemplo, no desenvolvimento de características, tais como os cinco “Cs” – caráter, cuidado, confiança, conexão e paixão.*

SENNA, Sylvia Regina Carmo Magalhães et DESSEN, Maria Auxiliadora, 2012.

A escola de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, ao adotar princípios do desenvolvimento positivo do século XXI, tem como finalidade promover formas de desenvolvimento saudáveis na adolescência e não só diminuir comportamentos de risco. Busca possibilitar ao jovem o preparo para construir o seu próprio desenvolvimento e o da sociedade. Diante disso, entende-se adolescência

- (A) como uma fase crucial e não distinta no desenvolvimento humano. Na adolescência, ocorre a reativação, na forma madura e genital, de vários impulsos sexuais e agressivos experimentados pela criança nas fases iniciais do seu desenvolvimento (oral, anal e edípica). Os conflitos da puberdade são considerados normais e até necessários ao funcionamento “adaptativo”, na busca por um novo sentido de personalidade e papel social.
- (B) como um dos estágios de desenvolvimento humano. A cada estágio do desenvolvimento, a pessoa se depara com um conflito central, isto é, uma crise normal e saudável a ser ultrapassada. Em se tratando da adolescência, essa crise se caracteriza pelo desenvolvimento da identidade,

que está em constante mudança, e que depende das experiências e informações adquiridas nas interações diárias do adolescente com outros.

- (C) não como um estado em si ou algo que não esteja acabado, que tenha um início e um fim bem definidos. Buscar os antecedentes geradores das mudanças na adolescência significa tratá-la como um período de intensa exploração e de grandes e múltiplas oportunidades para muitos jovens, futuros adultos. A delimitação deste período ultrapassa aspectos cronológicos e biológicos e esbarra em condições sociais, culturais, históricas, ambientais e psicológicas específicas.
- (D) como um período de transição universal e inevitável, considerando-a como um segundo nascimento. A proposta da escola não reconhece a influência da cultura ao mesmo tempo em que valoriza as diferenças individuais do adolescente e sua característica de plasticidade e maleabilidade.
- (E) como uma fase distinta no desenvolvimento e como um período caracterizado por crescentes e inevitáveis níveis de turbulência. Os comportamentos adolescentes têm sua origem nas mudanças na sua forma de pensar, característica do início desta fase. Com o desenvolvimento do pensamento formal, por meio da assimilação e da acomodação de novas estruturas, o adolescente revela uma maneira própria de compreender a sua realidade e constrói sistemas filosóficos, éticos e políticos como tentativa de se adaptar e mudar o mundo.

49. Um diretor de escola estadual, recém-empossado no cargo, procurou conhecer seu novo ambiente de trabalho e detectou que, embora a escola contasse com um corpo docente bem preparado e estivesse bem equipada com vastos e modernos materiais pedagógicos, apresentava alto índice de retenção e de evasão escolar. Assim sendo, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de ensino e, conseqüentemente, a melhoria dos índices de promoção escolar, bem como a redução da evasão escolar, resolveu, em conjunto com a equipe escolar, rediscutir o Projeto Político-Pedagógico da escola e, para tanto, contou com a participação dos professores, alunos, funcionários e pais. Iniciaram a discussão partindo de três grandes eixos que norteiam a construção do projeto pedagógico: flexibilidade, avaliação e liberdade, os quais se vinculam, respectivamente, à:

- (A) *Autonomia*, que possibilita à escola organizar seu próprio trabalho pedagógico; *Avaliação*, que reforça aspectos importantes observados nos vários níveis do ensino público; *Liberdade*, que se expressa no âmbito do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, bem como da proposta de gestão democrática do ensino público a ser definido em cada sistema de ensino.
- (B) *Autonomia*, que é o guia das ações, independentemente da realidade na qual a escola está inserida; *Avaliação*, como forma de medida educacional; *Liberdade* da prática pedagógica utilizada pelos professores das diferentes disciplinas.

- (C) *Autonomia* relativa, uma vez que esta é norteada pela legislação educacional; *Avaliação* dos conteúdos curriculares nas diferentes séries do ensino fundamental e médio; *Liberdade* em relação às atribuições do conselho de escola como órgão deliberativo.
- (D) *Autonomia*, que exerce papel fundamental nas decisões da escola, independentemente da legislação educacional; *Avaliação* de conteúdos escolares nas diferentes séries; *Liberdade*, que organiza os espaços educativos da escola e no entorno.
- (E) *Autonomia* dos conselhos de classe e série que possibilitam a promoção ou retenção dos alunos; *Avaliação* dos professores da escola, funcionários e equipe escolar; *Liberdade* de optar por métodos e técnicas de ensino com intuito da melhoria da qualidade educacional.
- 
50. Um dos movimentos pertinentes à construção coletiva do projeto pedagógico é a identidade que se deseja construir para a escola. Tendo em vista esse objetivo, assinale a alternativa que apresenta uma estratégia de organização relativa ao trabalho com esse movimento.
- (A) Definição coletiva das alternativas mais adequadas para superar os desafios rotineiros, discutindo e aproveitando as propostas apresentadas por vários segmentos.
- (B) Disponibilização e discussão, com os vários segmentos, mediante a utilização de textos que articulem questões teóricas e práticas sobre a organização do trabalho da escola, visando contribuir para a construção do projeto.
- (C) Indicação de soluções criativas e realistas para superar as dificuldades identificadas pelo coletivo.
- (D) Realização de ações que buscam mudar sua dinâmica, de modo que a escola não perca de vista os compromissos assumidos coletivamente.
- (E) Identificação de indivíduos ou segmentos que colocarão em prática as estratégias definidas pelo coletivo.
- 
51. Localizada em uma comunidade violenta, uma escola sofre constantes depredações, tanto de alunos quanto de invasores. Devido a esta condição, o desempenho dos alunos na escola em questão é baixo – 67% de notas abaixo da média –, apesar do esforço dos educadores. Há também infrequência em boa parte das turmas, que contam com a presença de apenas 53% dos alunos. A fim de reverter esta situação, a diretora convoca uma reunião de pais. Para que esta ação seja bem-sucedida, ela deve
- (A) incentivar a exposição de problemas em sala de aula por parte dos educadores, de maneira que os pais, colocados como ouvintes, possam refletir acerca das situações apresentadas.
- (B) organizar informações sobre o desempenho geral e individual dos alunos, orientando as famílias a estimularem o empenho dos alunos nas atividades escolares e disponibilizando um espaço de manifestação e esclarecimento de dúvidas.
- (C) apresentar as demandas da escola, de maneira que o ambiente familiar responda de forma efetiva, independentemente das particularidades de cada família.
- (D) realizar a projeção de textos escritos e priorizar a linguagem técnica, o que transmite aos pais a noção de comprometimento e seriedade da escola, motivando-os a colaborar para melhorar o desempenho dos alunos.
- (E) propor ações de responsabilidade conjunta, que deverão ser praticadas para que os pais tragam sugestões em uma reunião seguinte, e encontrar meios de disseminar as discussões e ações definidas para os pais ausentes.
- 
52. A respeito da aquisição de bens e contrato de serviços na escola, é correto afirmar que
- (A) deve-se seguir somente um referencial básico: a adequação das compras e da contratação de serviços às necessidades da escola e ao uso de recursos públicos.
- (B) o critério básico a ser seguido para adquirir bens é o econômico, a partir do qual o gestor realiza um levantamento das necessidades de recursos materiais para seu desenvolvimento.
- (C) para otimizar a utilização dos recursos públicos, deve-se considerar o menor custo de aquisição, ainda que em detrimento da qualidade e da adequação aos objetivos educacionais que estes recursos materiais devem seguir.
- (D) em caso de licitação, todo o processo de compra e contratação de bens e serviços deve obedecer, unicamente, ao princípio da probidade administrativa.
- (E) para adquirir equipamentos mais caros ou em grande quantidade, por exemplo, a escola depende de aquisições realizadas pelo Secretaria de Educação ou a Secretaria de Administração.
- 
53. A capacitação profissional em serviço, estruturada, liderada e orientada pelo diretor escolar envolve diversas atividades e ações. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.
- (A) A realização de grupos de estudo e oficinas práticas sobre aspectos em que se pretende promover mudanças na administração pedagógica, bem como no plano educacional adotado pela escola, deve ser promovida pelo Conselho Escolar, estando o diretor isento de responsabilidade sobre tais ações.
- (B) No exercício de sua liderança, cabe ao diretor escolar, principalmente, focalizar os desenvolvimentos individuais, visto que as transformações enquanto grupo apenas se darão em função do tempo, compreendendo que não é papel do diretor coletivizar desafios.
- (C) O diretor estimula e orienta a busca de conhecimentos específicos e gerais que possam

auxiliar na fundamentação e no aprimoramento do trabalho pedagógico, incentivando o planejamento e a incorporação de novas aprendizagens e conhecimentos em novas práticas profissionais, que se renovam à medida que a troca de experiências e de material pedagógico promove maior efetividade na aprendizagem dos alunos.

- (D) O diretor se mantém atento às tendências de dramatização sobre dificuldades e procura repreender tais ações, estabelecendo uma orientação de melhoria de desempenho profissional individual, pela observação e análise desse desempenho em relação ao dos colegas, promovendo a comparação entre as práticas e resultados realizados pelos profissionais.
- (E) A capacitação em serviço se constitui no conjunto das ações realizadas fora da escola, orientadas ou não pelo seu diretor, com o objetivo de promover o desenvolvimento de competências profissionais, principalmente do corpo administrativo, tendo como ponto de partida e de chegada o desempenho profissional.

54. No início do ano letivo, durante os dias de planejamento, um diretor de escola estadual e sua equipe, tendo em vista os resultados do rendimento escolar obtidos pelos alunos no ano anterior, o nível de evasão escolar e a baixa participação dos pais na escola, resolveram rediscutir o Projeto Político-Pedagógico da escola, como forma de analisar e estabelecer objetivos no sentido da melhoria da qualidade de ensino, de diminuir o índice de evasão escolar e promover aumento da participação dos pais na escola. Assim sendo, devem considerar que o Projeto Político-Pedagógico seja reelaborado a partir das seguintes dimensões:

- (A) dimensão política, que contribui com a formação social e cultural do cidadão para um determinado tipo de sociedade, e dimensão pedagógica, a qual se cumpre na medida em que se realiza enquanto prática especialmente pedagógica das diversas disciplinas curriculares.
- (B) dimensão política, no sentido de uma ideologia, e dimensão pedagógica, a qual prioriza as metodologias e práticas a serem utilizadas nas salas de aula, em diversos anos e disciplinas escolares.
- (C) dimensão política, porque deve considerar a realidade na qual a escola está inserida, e dimensão pedagógica, porque é restrita à transmissão de conteúdos e avaliação dos resultados.
- (D) dimensão política, que contribui para a formação social do aluno e da comunidade eficaz, e dimensão pedagógica, porque prioriza o papel das novas tecnologias aplicadas à educação.
- (E) dimensão política, porque assegura o envolvimento da comunidade, e dimensão pedagógica, porque é embasada nos conhecimentos sistematizados, preparando o aluno para a vida prática.

55. O diretor de uma escola estadual foi informado por professores do 5º ano que uma aluna apresentava vários hematomas pelo corpo, demonstrando nitidamente que havia sido agredida fisicamente. Ao ser indagada por duas professoras, a aluna em questão, após relutar para responder, disse que havia sido espancada no dia anterior pelo padrasto. Ao tomar conhecimento do fato, a conduta ideal do diretor deve ser:

- (A) lavrar em livro próprio o depoimento da aluna com duas testemunhas e encaminhar o caso para a Diretoria de Ensino.
- (B) lavrar em livro próprio o depoimento da aluna, colher assinaturas de duas testemunhas e da aluna e encaminhar o caso ao Conselho Tutelar.
- (C) lavrar em livro próprio o depoimento da aluna com duas testemunhas e enviar o caso ao Conselho de Escola, para que este decida qual o encaminhamento a ser dado.
- (D) lavrar o depoimento em livro próprio e encaminhar o caso à delegacia de polícia.
- (E) lavrar o fato em livro próprio e chamar a mãe para que esta possa fazer a denúncia ao Conselho Tutelar.

56. Com os resultados da Prova Brasil e os resultados do fluxo da escola obtidos do Censo Escolar, o Inep calcula o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), também denominada "Prova Brasil" é uma avaliação de Língua Portuguesa – leitura e Matemática realizada a cada dois anos, envolvendo os alunos do 5º ano e do 9º ano do Ensino Fundamental. Os resultados de cada escola são entregues pelo Inep para cada diretor de escola. Diante dos resultados, compete aos gestores educacionais, com o coletivo da escola, perguntarem o que fazer para mudar esta situação. Uma ação necessária é

- (A) interpretar pedagogicamente os números, concretizando a relevância educacional da avaliação externa, do Ideb e definir ações necessárias e intervenções possíveis. A interpretação pedagógica dos resultados da prova ocorre quando analisamos os resultados das avaliações externas a partir da escala de proficiência.
- (B) visitar os direitos de aprendizagem das crianças e adolescentes, considerando que as questões que envolvem o acesso e a trajetória escolar já estão resolvidas. Urge garantir o desenvolvimento de competências, de habilidades e gerenciar o processo ensino-aprendizagem.
- (C) compreender a dimensão normativa dos resultados. Os dados são brutos e apontam o que o aluno aprendeu ou não daquilo que deveria ter sido trabalhado/desenvolvido no currículo. O tratamento amplo desses resultados é de competência dos órgãos regionais e da Secretaria de Educação.

- (D) fortalecer os processos de avaliação formativa, avaliação interna realizada pelos professores que informam se os alunos estão atingindo os objetivos educacionais recentemente ensinados. As ações decorrentes das informações sobre o alcance ou não dos objetivos educacionais que se consolidaram no percurso educativo são sistêmicas e de responsabilidade das políticas públicas.
- (E) rejeitar a avaliação externa, pois apenas aponta a necessidade de resultados e cumprimento de metas. Afasta a escola da educação para a formação humana plena. Não basta considerar apenas o resultado ou o ponto de chegada. Todo ato avaliativo carrega uma concepção de educação e de sociedade e uma estratégia pedagógica.
- 
57. A liberdade assistida, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor. Dessa forma, em relação ao adolescente em regime de liberdade assistida na escola, assinale a alternativa correta.
- (A) Incumbe ao diretor de escola supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente sob regime de liberdade assistida que estiver matriculado em colégio de sua responsabilidade, devendo relatar ao orientador seu desempenho.
- (B) É incumbência do diretor e da gestão escolar promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social.
- (C) O Plano Estadual de Educação de São Paulo tem como estratégia implementar políticas de inclusão e permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida.
- (D) A escola deve diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho.
- (E) O Plano Estadual de Educação tem como uma de suas metas a promoção social do adolescente em liberdade assistida, com auxílio da gestão escolar, que fornecerá a orientação necessária e a inserção, caso necessária, em programa oficial ou comunitário de assistência social.
- 
58. Uma escola estadual possui um projeto pedagógico que incentiva as atividades de arte-educação, especialmente as aulas de música. Devido a um orçamento limitado, a direção não tem recursos para adquirir novos instrumentos, mas quer manter estas aulas e também ampliar o acesso dos alunos às atividades musicais. Diante desta situação, é correto afirmar que
- (A) a maneira mais prudente de suprir as atividades musicais sem comprometer sua qualidade seria aguardar o repasse de recursos para este fim ou a doação de instrumentos musicais.
- (B) caberia à APM arrecadar recursos para a compra de novos instrumentos com a comunidade escolar.
- (C) uma opção seria criar um grupo de coral na escola, o que permitiria a participação de mais alunos sem a necessidade de adquirir novos materiais e instrumentos musicais.
- (D) as aulas de música deveriam ser substituídas por práticas desportivas ou de dança, que não exigissem a compra de novos materiais.
- (E) as atividades musicais deveriam se tornar puramente teóricas, deixando a prática para um momento em que os instrumentos musicais estivessem disponíveis para todos os alunos.
- 
59. Conforme a Constituição Federal, a União aplicará, anualmente, nunca menos de 18%, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios 25%, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. A verba que vem do governo federal é distribuída pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) por canais como o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), depositada na conta bancária da entidade executora da escola, geralmente a Associação de Pais e Mestres (APM). Dessa forma, o gestor deve planejar os gastos mediante o previsto no Plano Político-Pedagógico (PPP). Sendo assim, é **INCORRETO** afirmar que
- (A) a busca da gestão democrática inclui, necessariamente, a ampla participação dos representantes dos diferentes segmentos da escola nas decisões/ações administrativo-pedagógicas ali desenvolvidas.
- (B) o diretor pode e deve abrir a discussão para os professores e funcionários, e principalmente o Conselho Escolar, debatendo o que de fato a escola necessita e de que maneira aquisições poderão contribuir com a melhoria das condições do ensino e da aprendizagem dos alunos.
- (C) é possível que a gestão democrática, no interior da escola, não seja um princípio fácil de ser consolidado, pois trata da participação crítica na construção do Projeto Político-Pedagógico e na sua gestão.
- (D) a gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua reestruturação. A centralização do poder propicia a prática da organização, que expande a transparência, atenuando o individualismo, atuando na reciprocidade, eliminando a exploração, superando a opressão e, por fim, a autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora.
- (E) gestão democrática é um princípio consagrado pela Constituição vigente e abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. Ela exige uma ruptura histórica na prática administrativa da

escola, com o enfrentamento das questões de exclusão e reprovação e da não permanência do aluno na sala de aula, o que vem provocando a marginalização das classes populares. Esse compromisso implica a construção coletiva de um Projeto Político-Pedagógico ligado à educação das classes populares.

## CONHECIMENTOS APLICADOS

Leia o texto abaixo para responder às questões 61, 62 e 63.

A “E.E. Mário de Andrade” aceita o desafio de uma Educação Integral em concordância com a meta 6 do PEE para os anos do Ensino Fundamental, visando à formação integral da criança e do adolescente. A base legal está também fundamentada na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com uma concepção da criança e do adolescente como sujeitos de direito. Está embasada nas proposições pedagógicas que defendem uma sociedade mais justa e igualitária e uma educação pública, gratuita e laica de qualidade social para todos. Deste modo, exige uma gestão democrática.

O seu projeto pedagógico parte de um diagnóstico, revisita a função social da escola, reflete sobre a igualdade e a equidade, define a escola que quer construir, conceitua a educação integral e apresenta um plano de ação que explicita como executar as ações definidas pelo coletivo escolar.

Seu diagnóstico apresenta o perfil sociocultural e educacional das crianças e adolescentes matriculados e os índices de desempenho escolar. Indica desafios a serem enfrentados: a vulnerabilidade social e o baixo desempenho escolar, altamente relacionados com os princípios da igualdade e da equidade.

Seu plano de ação estabelece: nenhum aluno excluído e melhoria nos resultados de aprendizagem e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.

60. Leia o fragmento abaixo.

*(...) A simples profissão de fé democrática não divide os homens (...) as atuais controvérsias ideológicas não se concentram no significado de democracia, mas nas teorias sobre as condições de seu desenvolvimento e os meios de realização.*

AZANHA, José Mário Pires, 2004.

Articulando as necessidades locais da Unidade Educacional com as diretrizes definidas pela Secretaria Estadual de Educação, o diretor de uma escola estadual divulga amplamente o Plano de Ação para o ano letivo. Este foi discutido e aprovado pelo Conselho de Escola, e está comprometido com os princípios da educação de qualidade para todos e todas. Sua primeira meta é garantir que 100% dos alunos estejam alfabetizados ao término do terceiro ano, com oito anos de idade. Adota como estratégias: sondagens periódicas e fortalecimento das práticas pedagógicas de recuperação contínua, turmas de recuperação no contraturno utilizando espaços alternativos e recuperação intensiva ao término de cada semestre. Diante do exposto, é correto afirmar que a maneira de compreender a democratização do ensino se expressa na seguinte alternativa:

- (A) reduzir a alfabetização em treinamento para garantir resultados, mesmo que signifique perda de qualidade e não a oferta dos mesmos padrões de qualidade para todos, promovendo a aprendizagem realmente significativa.
- (B) possibilitar uma intensa ocupação do espaço escolar, provocando o rebaixamento do ensino de outras áreas do conhecimento. Trata-se de concepção quantitativa.
- (C) negar a ampla autonomia didática e não visar à renovação metodológica e curricular desejada. Adotar procedimentos que obrigam o professor a se ajustar à realidade do aluno.
- (D) não respeitar o ritmo de cada criança e negar a liberdade do aluno como base para todo projeto pedagógico e o papel do aluno como agente da própria educação. Trabalhar para atingir certa expectativa e/ou objetivo educacional e não para a formação da cidadania.
- (E) não se democratiza uma instituição pública se ela não atinge a todos. A existência de alunos não alfabetizados, prováveis reprovados, anula a política de garantir vagas para todos.

61. O projeto pedagógico da “E.E. Mário de Andrade”, que pretende ser integral, iniciou-se com as seguintes perguntas: A que tipo de educação a escola se propõe? Quais são nossas intencionalidades? Esta proposta está a serviço de quem ou do quê? A perspectiva de educação integral apresentada no projeto pedagógico, fundamentado pela Constituição Federal, pelo EDA e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica, tem como base a concepção de uma escola voltada para o desenvolvimento

- (A) do intelecto e da racionalidade do ser humano, que busca adequar o indivíduo à sociedade. Sua intencionalidade é difundir a instrução e transmitir conhecimentos sistematizados historicamente. O papel do professor é o de transmitir conteúdos e o do aluno é aprender e assimilar os conhecimentos transmitidos. Destaca a importância dos exercícios, da repetição e memorização, visando disciplinar a mente e formar hábitos, o que justifica as aulas de recuperação paralela no contraturno.
- (B) pleno do ser humano, que visa à integralidade do sujeito. Reconhece que os processos de aprendizagem ocorrem de modo multidimensional, em diferentes dimensões – física, afetiva, cognitiva, ética, estética e política –, o que exige articular os diversos saberes da escola, da família, da comunidade e da região em que o indivíduo está inserido.
- (C) humano centrado na existência, na vida e na atividade. Dá ênfase aos sentimentos e ao aspecto psicológico. Sua pedagogia é não diretiva, pois a intervenção do professor deve ser de neutralidade e distanciamento. Compete à escola

ensinar o ser e o conviver, o respeito ao outro e a vida harmoniosa em sociedade. Compete ao aluno ser o protagonista de sua própria aprendizagem; o ponto de partida e de chegada da aprendizagem é o resultado das vivências extra e intraescolares.

- (D) eficiente e técnico do ser humano e visa à produtividade. Privilegia as técnicas e métodos de ensino e não a subjetividade do professor e do aluno e sua inserção em um dado meio sociocultural. Visa à inclusão do indivíduo no sistema social global. A função social da escola é produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho. Compete ao professor treinar o indivíduo para o mercado de trabalho existente. Compete ao aluno aprender a fazer.
- (E) do homem enquanto produtor de cultura. A educação deve proceder de forma abstrata, precisa, genérica, descolada do contexto histórico-social e existencial do educando. O ato de educar para o desenvolvimento se reduz à transmissão de conteúdos particulares de conhecimento e ao ensino de determinadas matérias.

62. Leia o fragmento abaixo.

*Os Conselhos Escolares são órgãos colegiados que representam as comunidades escolar e local, atuando em sintonia com a administração da escola e definindo caminhos para tomar decisões administrativas, financeiras e político-pedagógicas condizentes com as necessidades e potencialidades da escola.*

MEC. Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescoll/ce\\_cad2.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Consescoll/ce_cad2.pdf).

É uma exigência do projeto pedagógico da “E.E. Mário de Andrade” a existência de espaços de participação no interior da escola. Elegeu-se o Conselho de Escola como o espaço principal de participação, em função de sua atuação estar ligada à essência do trabalho escolar, ou seja, o processo de ensino-aprendizagem. Sendo assim, nas ações de monitoramento e avaliação das aprendizagens, compete aos conselheiros escolares

- (A) propor as ações que podem ser desenvolvidas na escola para corrigir as lacunas e desempenhos indesejáveis, com delimitação de responsabilidade e um cronograma para acompanhamento, a partir da análise dos resultados das avaliações externas e internas. Identificar os pontos fortes, médios e fracos da escola, propor encaminhamentos para a melhoria dos processos pedagógicos e dos resultados obtidos.
- (B) tomar ciência dos resultados e avaliar o trabalho dos docentes, propondo penalidades diante de irregularidades didáticas e pedagógicas ou pela ausência de acompanhamento satisfatório do desempenho escolar e bonificações para aqueles cujas turmas de alunos obtiveram sucesso.
- (C) assumir um caráter técnico de assessoria especializada do poder executivo da unidade escolar; normatizar o processo de ensino e aprendizagem da unidade.
- (D) comparar os resultados das avaliações de desempenho escolar, tanto externas como

internas; propor mudança de função das avaliações internas que devem se assemelhar às externas e passar a ter a função inclusive de treinamento.

- (E) tomar ciência das propostas advindas dos professores, fiscalizar a sua implantação. Analisar comportamentos discentes indesejáveis, com resultados de aprendizagem insatisfatórios e decidir inclusive sobre a permanência ou não na unidade.

63. A educação integral expande os tempos, os espaços e as oportunidades educativas. Propõe uma aprendizagem conectada à vida e aos interesses e possibilidades das crianças e adolescentes, reconhecendo as múltiplas dimensões do ser humano. Diante disso, assinale a alternativa que apresenta procedimentos didáticos necessários na busca da meta estabelecida pela “E.E. Mário de Andrade”, ou seja, nenhum aluno excluído e melhoria nos resultados de aprendizagem e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb.

- (A) Desenvolver o currículo prescrito; avaliar as aprendizagens dos alunos e das alunas e classificá-los em agrupamentos homogêneos quanto aos conhecimentos já assimilados; entender o espaço como um componente básico do clima escolar e como sua organização colabora para reproduzir desigualdades e segregações sociais presentes na escola.
- (B) Desenvolver um currículo focado nos saberes populares que fazem parte da prática cultural do local e grupo coletivo; mapear os diferentes tipos de saberes populares existentes, distinguindo os baseados em crenças e opiniões dos construídos a partir da observação e de explicações mais elaboradas; exigir a ordem dos espaços e das instalações para favorecer o progresso do fazer pedagógico e da convivência social.
- (C) Rejeitar alternativas didáticas de inserção dos saberes populares na sala de aula; avaliar o desempenho escolar dos alunos e alunas na perspectiva da busca de resultados; ensinar a aceitar o convívio com carteiras quebradas, janelas sujas, banheiros descuidados e quadras sem condições de uso.
- (D) Desenvolver práticas didáticas fundamentadas na concepção, de modo que compete à escola desenvolver um ritual formal necessário para a inclusão do aluno no mercado de trabalho; avaliar para classificar, planejar e otimizar o uso pelos alunos dos laboratórios de ciências, de informática e do espaço das quadras de esporte.
- (E) Ressignificar o currículo, articulando os saberes escolares com os locais; diagnosticar as aprendizagens dos alunos e alunas, identificando as principais dificuldades e lacunas para redimensionar o planejamento dos professores e resignificar as práticas didáticas, possibilitando a construção dos conhecimentos a partir dos saberes já existentes; transformar os espaços em ambientes de aprendizagem acolhedores e desafiadores.

Leia os textos abaixo para responder às questões 64 e 65.

*Art. 36. O currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular e por itinerários formativos, que deverão ser organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, conforme a relevância para o contexto local e a possibilidade dos sistemas de ensino, a saber: (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017) I - linguagens e suas tecnologias; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017); II - matemática e suas tecnologias; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017); III - ciências da natureza e suas tecnologias; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017); IV - ciências humanas e sociais aplicadas; (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017); V - formação técnica e profissional. (Incluído pela Lei nº 13.415, de 2017).*

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)

A organização curricular para o Ensino Médio viveu debates e estudos entre atender às necessidades formativas dos jovens e à demanda do mercado de trabalho. Em 2017, sofreu intervenções verticais em sua proposta, com a alteração da Lei nº 9.394/96. A “E.E. Rocha Junior”, escola de ensino médio, definiu sua missão: preparar os adolescentes para o pleno exercício da cidadania e instrumentalizá-los para sua inserção no mercado de trabalho. Seu objetivo é oferecer um currículo com foco em uma formação integrada. Seu plano de ação educacional apresenta a oferta de um ensino médio integrado à formação profissionalizante, com três linhas de ação: gestão de pessoas e equipes; gestão pedagógica; gestão administrativa.

64. Diante do contexto descrito acima, de acordo com a Lei nº 13.415/17, a “E.E. Rocha Junior”, na perspectiva do planejamento estratégico, deve propor na gestão pedagógica

- (A) treinamento de técnicas e procedimentos utilizados na vida laboral, comprometendo e até desqualificando a base nacional do currículo.
- (B) a integração efetiva entre os conhecimentos próprios da base nacional comum do currículo e a formação prática e laboral do currículo profissionalizante.
- (C) itinerários formativos de alunos e alunas em técnicas produtivas. A aplicação prática dos conhecimentos e a oferta de experiências em diversas técnicas utilizadas nas ocupações do mundo do trabalho, que afastam os alunos e alunas dos conteúdos da base nacional comum e aproxima da base exclusiva de formação integrada.
- (D) possibilitar o domínio pelos alunos e alunas dos fundamentos das técnicas diversificadas utilizadas na produção e na prestação de serviços, em detrimento da formação geral presente na base curricular nacional.
- (E) atender às demandas de formação profissional em bases tecnicistas, agregando-as aos objetivos específicos das disciplinas que compõem a base nacional comum, tendo como eixo estruturante do currículo as demandas da formação profissional.

65. A gestão pedagógica da proposta da “E.E. Rocha Junior”, na perspectiva de um planejamento estratégico e de acordo com os princípios que regem a educação, deve pressupor as seguintes ações:

- (A) seleção dos professores pela formação inicial que atenda ao perfil desejado; implantação do currículo prescrito; avaliação classificatória a cada unidade desenvolvida; adoção de índices de desempenho já estabelecidos; valorização do processo e não dos resultados; definição de procedimentos didáticos. Implantar gestão escolar de monitoramento de processos e não de resultados.
- (B) formação continuada dos professores em serviço, reflexão sobre a prática, visando à sua superação; elaboração de um currículo básico da unidade; avaliação diagnóstica bimestral com a finalidade de corrigir e reavaliar os percursos formativos discentes; criação de critérios e índice para avaliar o desempenho das aprendizagens; definição de metas a serem alcançadas; criação de procedimentos e instrumentos de monitoramento dos resultados. Implantar na gestão escolar a cultura do planejamento de metas e resultados.
- (C) formação continuada dos professores através de cursos ministrados por universidades; focar no treinamento de técnicas aplicadas no mundo do trabalho; avaliar sistematicamente os alunos e alunas e proceder o remanejamento destes, organizando turmas por desempenho; adotar indicadores de qualidade educacional; definir metas; acompanhar a execução. Implantar na gestão escolar a cultura das ações espontâneas advindas da vivência dos alunos.
- (D) formação continuada de professores através de cursos ministrados por empresas da produção e/ou da prestação de serviços, de acordo com o itinerário formativo definido; reforçar a necessidade do Plano de Trabalho Docente com base em um conhecimento sobre o que os alunos já sabem e o que precisam saber; avaliar e classificar os alunos por desempenho; criar indicadores de qualidade educacional por turma e ano de escolaridade; definir estratégias; controlar a execução. Implantar na gestão escolar a cultura do desenvolvimento humano profissional.
- (E) formação dos docentes na Educação Profissional e Tecnológica, devido à sua carência nessa área de conhecimento; incentivar a elaboração de planos de trabalho docentes focados nas aprendizagens do mundo do trabalho; controlar a frequência e os resultados das aprendizagens; estabelecer os indicadores de qualidade para avaliar a turma, o docente e o discente; definir estratégias; monitorar a execução. Implantar na gestão escolar uma cultura de trabalho especializado.

66. Leia o fragmento abaixo.

*Para o exercício da cidadania democrática, a educação, como direito de todos e dever do Estado e da família, requer a formação dos(as) cidadãos(ãs) (...) a educação em direitos humanos está imbricada no conceito da educação para uma cultura democrática (...) nos valores da tolerância, da solidariedade, da justiça social e na sustentabilidade, na inclusão e na pluralidade.*

SEDH/MEC. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192)

Uma escola estadual vive o recrudescimento da violência, tempos difíceis e conturbados por inúmeros conflitos; a intolerância é a sua marca central. Há um descompasso entre os conflitos e as normas do Regimento Escolar e de convívio expressas no Projeto Pedagógico da escola. O diretor da escola, de acordo com os princípios da gestão democrática, juntamente com o Conselho de Escola, questiona como intervir. Considera que a violência não pode ser entendida como natural, comum ou aceitável e nem ser vista apenas como um crime. Em consonância com os princípios da educação em direitos humanos, propõe: 1. Mapeamento e identificação dos atos que envolvem violência, para além do reconhecimento do conflito; 2. Agir na busca da resolução não violenta dos conflitos. Sendo assim, é correto afirmar que este diretor deve buscar concretizar as ações mediante o seguinte procedimento:

- (A) identificar o líder e os grupos de alunos violentos. Aplicar as sanções previstas no Regimento Escolar. Chamar os pais isoladamente para conversar; registrar no livro de ocorrência colhendo as assinaturas; suspender o aluno por determinados dias; caso necessário, orientar os familiares sobre a solicitação da transferência para evitar a expulsão compulsória.
- (B) encaminhar o mapeamento das ações violentas para os órgãos regionais de educação e solicitar orientações e intervenções. De fato, a escola pertence a um sistema, não é uma instituição isolada e não tem autonomia para propor intervenções nos casos de violências.
- (C) encaminhar o mapeamento das ações violentas e dos atos infracionais para a Delegacia de Polícia e/ou da Justiça e/ou do poder Executivo Municipal e solicitar a intervenção judicial.
- (D) reconhecer que a escola, dependendo de onde se localiza, também é produtora e reprodutora das violências, em suas mais diversas manifestações, presentes na comunidade e omitir-se em casos mais graves.
- (E) desenvolver um projeto de construção coletiva para reduzir a violência e a intolerância, denominado "Vamos nos conectar". Seu objetivo está voltado para as atitudes cotidianas e para a prática do respeito. Toda e qualquer punição, quando necessária, deve ter marcas pedagógicas.

67. Observe as tabelas abaixo.

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ALUNOS POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA								
Anos finais – 9º ANO – Escola Y								
LÍNGUA PORTUGUESA								
Nível 0	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 4	Nível 5	Nível 6	Nível 7	Nível 8
16,64	16,67	15,6	25,29	12,44	10,89	2,48	0	0

LÍNGUA PORTUGUESA – 9º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL		
Níveis		Descrição do nível – O estudante provavelmente é capaz de:
Até Nível 1	200-225	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecer expressões características da linguagem (científica, jornalística etc.) e a relação entre expressão e seu referente em reportagens e artigos de opinião.</li> <li>• Inferir o efeito de sentido de expressão e opinião em crônicas e reportagens.</li> </ul>
Nível 2	225-250	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Localizar informações explícitas em fragmentos de romances e crônicas.</li> <li>• Identificar tema e assunto em poemas e charges, relacionando elementos verbais e não verbais.</li> <li>• Reconhecer o sentido estabelecido pelo uso de expressões, de pontuação, de conjunções em poemas, charges e fragmentos de romances.</li> <li>• Reconhecer relações de causa e consequência e características de personagens em lendas e fábulas.</li> <li>• Reconhecer recurso argumentativo em artigos de opinião.</li> <li>• Inferir efeito de sentido de repetição de expressões em crônicas.</li> </ul>
Nível 3	250-275	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Localizar informações explícitas em crônicas e fábulas.</li> <li>• Identificar os elementos da narrativa em letras de música e fábulas.</li> <li>• Reconhecer a finalidade de abaixo-assinado e verbetes.</li> <li>• Reconhecer relação entre pronomes e seus referentes e relações de causa e consequência em fragmentos de romances, diários, crônicas, reportagens e máximas (provérbios).</li> <li>• Interpretar o sentido de conjunções, de advérbios e as relações entre elementos verbais e não verbais em tirinhas, fragmentos de romances, reportagens e crônicas.</li> <li>• Comparar textos de gêneros diferentes que abordem o mesmo tema.</li> <li>• Inferir tema e ideia principal em notícias, crônicas e poemas.</li> <li>• Inferir o sentido de palavra ou expressão em história em quadrinhos, poemas e fragmentos de romances.</li> </ul>
Nível 4	275-300	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Localizar informações explícitas em artigos de opinião e crônicas.</li> <li>• Identificar finalidade e elementos da narrativa em fábulas e contos.</li> <li>• Reconhecer opiniões distintas sobre o mesmo assunto em reportagens, contos e enquetes.</li> <li>• Reconhecer relações de causa e consequência e relações entre pronomes e seus referentes em fragmentos de romances, fábulas, crônicas, artigos de opinião e reportagens.</li> <li>• Reconhecer o sentido de expressão e de variantes linguísticas em letras de música, tirinhas, poemas e fragmentos de romances.</li> <li>• Inferir tema, tese e ideia principal em contos, letras de música,</li> </ul>

		editoriais, reportagens, crônicas e artigos. • Inferir o efeito de sentido de linguagem verbal e não verbal em charges e história em quadrinhos. • Inferir informações em fragmentos de romance. • Inferir o efeito de sentido da pontuação e da polissemia como recurso para estabelecer humor ou ironia em tirinhas, anedotas e contos.
Nível 5	300-325	Localizar a informação principal em reportagens. • Identificar ideia principal e finalidade em notícias, reportagens e resenhas. • Reconhecer características da linguagem (científica, jornalística etc.) em reportagens. • Reconhecer elementos da narrativa em crônicas. • Reconhecer argumentos e opiniões em notícias, artigos de opinião e fragmentos de romances. • Diferenciar abordagem do mesmo tema em textos de gêneros distintos. • Inferir informação em contos, crônicas, notícias e charges. • Inferir sentido de palavras, da repetição de palavras, de expressões, de linguagem verbal e não verbal e de pontuação em charges, tirinhas, contos, crônicas e fragmentos de romances.
Nível 6	325-350	Identificar ideia principal e elementos da narrativa em reportagens e crônicas. • Identificar argumento em reportagens e crônicas. • Reconhecer o efeito de sentido da repetição de expressões e palavras, do uso de pontuação, de variantes linguísticas e de figuras de linguagem em poemas, contos e fragmentos de romances. • Reconhecer a relação de causa e consequência em contos. • Reconhecer diferentes opiniões entre cartas de leitor que abordam o mesmo tema. • Reconhecer a relação de sentido estabelecida por conjunções em crônicas, contos e cordéis. • Reconhecer o tema comum entre textos de gêneros distintos. • Reconhecer o efeito de sentido decorrente do uso de figuras de linguagem e de recursos gráficos em poemas e fragmentos de romances. • Diferenciar fato de opinião em artigos e reportagens. • Inferir o efeito de sentido de linguagem verbal e não verbal em tirinhas.
Nível 7	350-375	Localizar informações explícitas, ideia principal e expressão que causa humor em contos, crônicas e artigos de opinião. • Identificar variantes linguísticas em letras de música. • Reconhecer a finalidade e a relação de sentido estabelecida por conjunções em lendas e crônicas.
Nível 8	375-400	Localizar ideia principal em manuais, reportagens, artigos e teses. • Identificar os elementos da narrativa em contos e crônicas. • Diferenciar fatos de opiniões e opiniões diferentes em artigos e notícias. • Inferir o sentido de palavras em poemas.

Cabe à escola diagnosticar e orientar os trajetos cognitivos dos alunos. Para a leitura dos resultados de avaliações externas, no caso a Prova Brasil, é interessante destacar a posição na qual se encontram a maioria dos alunos.

Com base nesses dados, pode-se verificar que a unidade conseguiu, em termos da competência leitora,

- (A) consolidar para 25,29% dos alunos participantes os saberes e as habilidades descritas na tabela da escala de proficiência do nível 3 e dos anteriores. As matrizes da Anresc (Prova Brasil) não englobam todo o currículo escolar e não devem ser confundidas com procedimentos, estratégias de ensino ou orientações metodológicas. Os resultados desta avaliação devem ser lidos e interpretados para incidir sobre o planejamento do professor, de modo a possibilitar a construção do conhecimento pelo educando a partir de seus saberes.
- (B) que 32,27% dos alunos participantes se encontrem nos níveis 1 e 2, com desempenho abaixo do satisfatório e, se não adquirirem os saberes e as habilidades previstas para o ano de escolaridade, como mínimas, serão reprovados. Um dos objetivos da Prova Brasil é reprovar ou aprovar o aluno, medindo o aprendizado. A escala de proficiência possibilita localizar o que o aluno aprendeu e deixou de aprender e, portanto, classificá-lo.
- (C) obter uma avaliação de cada estudante, muito além de uma verificação de como está o aprendizado em rede, no sistema. Possibilita um planejamento do professor a partir de seus resultados que individualiza e personifica o processo de ensino aprendizagem. A Prova Brasil apresenta o desafio de proporcionar um ensino com aprendizagens significativas para cada estudante da turma.
- (D) proporcionar para 25,81% dos alunos participantes aprendizagens adequadas e avançadas. Eles expressam o currículo efetivado pela instituição a partir das avaliações de larga escala, o redirecionamento dos conteúdos em torno da qualidade desejada. A Prova Brasil provoca a situação de ensinar e aprender para sair bem no teste, o que exige concentrar esforços nos pontos principais dos conteúdos que são avaliados e desconsiderar outros conteúdos.
- (E) negar para 16,64% aprendizagens mínimas. Os alunos neste nível apresentaram pouquíssimo aprendizado. Há necessidade de uniformizar o currículo pelo sistema de avaliação. As Matrizes Curriculares Nacionais, determinando os descritores para a avaliação e o estabelecimento de metas para a avaliação externa das unidades educacionais ou sistemas de educação, fixam o currículo nacional.

Disponível em:  
[http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/prova\\_brasil\\_saeb/escala/escala\\_proficiencia/2013/escalas\\_ensino\\_fundamental\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/prova_brasil_saeb/escala/escala_proficiencia/2013/escalas_ensino_fundamental_2013.pdf)

68. Ao matricular-se no ensino médio de uma escola pública estadual, um aluno solicitou ao diretor da escola, através de requerimento, a utilização de seu nome social não só pelos colegas, funcionários e professores, como também nos atos e procedimentos escolares (lista de chamada, histórico escolar, entre outros). O diretor da escola, ao tomar conhecimento da solicitação e no uso de suas atribuições, deve se posicionar da seguinte forma:

- (A) levar a solicitação requerida pelo aluno à apreciação e decisão do conselho de escola que, após análise criteriosa, deliberará pelo deferimento ou não da solicitação.
- (B) encaminhar a solicitação ao supervisor escolar, que em sua apreciação deixará lavrado ser competência do diretor o deferimento ou indeferimento da solicitação.
- (C) indeferir a solicitação e, entre as alegações, orientar o aluno para que este encaminhe à justiça comum a mudança do seu nome civil.
- (D) deferir o pedido, com base no Decreto nº 55.588/10, na Deliberação nº 125/14, na Resolução nº 45/14; contudo, deve solicitar ao aluno que entre com solicitação na justiça comum para mudança do nome civil.
- (E) deferir o pedido, com base no Decreto nº 55.588/10, na Deliberação nº 125/14 e na Resolução nº 45/14 e promover, entre a equipe escolar, alunos, pais e responsáveis, orientações e esclarecimentos sobre a questão.

69. Um diretor de escola, ao discutir com a equipe escolar sobre o projeto político a ser desenvolvido no ano letivo, propôs que este fosse elaborado e desenvolvido a partir do eixo “Inclusão de alunos com necessidades especiais: seus limites e benefícios”. Fundamentou sua proposta nos artigos 58 e 59 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), os quais asseguram o direito à educação especial, e deve, portanto, considerar o seguinte item:

- (A) a necessidade do atendimento de crianças com necessidades especiais em idade escolar como uma das formas de assisti-las em horário de trabalho dos pais e a renovação da escola, tendo em vista a sociedade inclusiva.
- (B) a necessidade de cumprir a legislação que trata da inclusão de crianças com necessidades especiais e, assim, atender à orientação da Secretaria da Educação e Diretoria de Ensino, às quais a escola está vinculada.
- (C) o desenvolvimento de um projeto que contemple a inclusão de crianças com necessidades especiais em escolas e classes comuns, que, além de atender à legislação, é um dos meios de conscientizar a própria comunidade, criando vínculos pautados em valores e ideais compartilhados, tendo em vista a sociedade inclusiva.
- (D) a inclusão social dos portadores de necessidades especiais deverá acontecer em escolas especiais, com professores especializados e mantidas pelo governo ou pela iniciativa privada.

(E) sendo o pessoal docente despreparado frente à inclusão, esta apenas poderá ser realizada após a superação dos limites referentes à formação de professores para atuar com diferentes tipos de necessidades especiais.

70. Leia o texto e observe os dados abaixo.

O Ideb é o principal indicador da qualidade da educação básica no Brasil. O Ideb sintetiza em um único indicador dois conceitos importantes para aferir a qualidade do ensino no país: fluxo e aprendizado.

Os dados apresentados na tabela são extraídos do Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira. A literatura pedagógica vem demonstrando que a gestão escolar interfere nos resultados do processo educativo. O Ideb pode servir como uma bússola para apontar necessidades e nortear intervenções dos gestores educacionais.

IDEB Observado					
	2007	2009	2011	2013	2015
Escola X	3,5	4,1	3,9	3,9	4,1
Estado de São Paulo	3,8	4,0	4,1	4,1	4,3

Metas Projetadas							
	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Escola X	3,6	3,8	4,2	4,5	4,8	5,0	5,3
Estado de São Paulo	4,0	4,3	4,7	5,0	5,3	5,5	5,8

Após receber os dados do Ideb, compete ao diretor de escola

- (A) encará-los como a nota da escola; uma nota que recai sobre o objetivo central da instituição escolar, ou seja, as aprendizagens. Mas a nota também está falando sobre o trabalho dos educadores e das educadoras da unidade.
- (B) identificar a classificação da escola na rede estadual e regional. Adotá-lo como um parâmetro de qualidade que expressa a situação atual da escola e projeta metas a serem alcançadas. A escola retratada não alcançou a meta; teve uma tendência de queda no Ideb, situação de Alerta; apresenta uma pequena reação em 2015.
- (C) considerá-lo como um indicador da qualidade de ensino da escola que é meramente um retrato e não uma informação de percurso: estagnação; evolução; sucesso.
- (D) compreender o índice, identificar o que está compondo este índice, onde ocorreu avanço, onde estão os problemas, pesquisar se o baixo desempenho decorre do fluxo ou do desempenho, propor ações administrativas, pedagógicas e didáticas para garantir uma educação de qualidade social e melhores resultados educacionais.
- (E) realizar uma leitura crítica dos itens de cada prova e das habilidades selecionadas; buscar os porquês dos resultados satisfatórios ou insatisfatórios e, a partir dessa análise da prova, propor ações que redimensionem a prática de sala de aula.